

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	18
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	58
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	59
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	60
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	300.000.000
Preferenciais	0
Total	300.000.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	1.281.502	1.299.727
1.01	Ativo Circulante	856.368	888.176
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	88.492	98.933
1.01.02	Aplicações Financeiras	203	200
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	203	200
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	203	200
1.01.03	Contas a Receber	128.324	133.739
1.01.03.01	Clientes	113.598	120.076
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes - Cartões de créditos	113.598	120.076
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	14.726	13.663
1.01.03.02.01	Convenios a Receber	14.016	12.826
1.01.03.02.02	Comissões a Receber	710	837
1.01.04	Estoques	592.059	605.778
1.01.06	Tributos a Recuperar	9.205	5.124
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	9.205	5.124
1.01.07	Despesas Antecipadas	6.859	6.295
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	31.226	38.107
1.01.08.03	Outros	31.226	38.107
1.01.08.03.01	Arrecadação de Recursos de Terceiros	9.962	14.562
1.01.08.03.02	Adiantamento a Terceiros	5.831	8.876
1.01.08.03.04	Outros Créditos	11.170	8.678
1.01.08.03.07	Operações com derivativos	4.263	5.991
1.02	Ativo Não Circulante	425.134	411.551
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	177.863	168.209
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	1.807	1.778
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	1.807	1.778
1.02.01.06	Tributos Diferidos	12.334	14.404
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12.334	14.404
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	263	17
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	155.799	144.464
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	155.799	144.464
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	7.660	7.546
1.02.01.09.03	Impostos e Contribuições a Recuperar	6.612	6.507
1.02.01.09.05	Outros Créditos	1.048	1.039
1.02.03	Imobilizado	230.439	227.116
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	230.439	227.116
1.02.04	Intangível	16.832	16.226
1.02.04.01	Intangíveis	16.832	16.226

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	1.281.502	1.299.727
2.01	Passivo Circulante	548.233	551.030
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	45.666	37.704
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	45.666	37.704
2.01.01.02.01	Salários e Férias a Pagar	45.666	37.704
2.01.02	Fornecedores	232.711	261.622
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	232.711	261.622
2.01.03	Obrigações Fiscais	48.448	39.452
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	15.426	13.150
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	4.219	144
2.01.03.01.03	IRRF	896	2.500
2.01.03.01.04	INSS	7.932	7.486
2.01.03.01.05	FGTS	1.785	2.419
2.01.03.01.06	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	594	601
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	31.384	25.505
2.01.03.02.01	ICMS	31.304	25.279
2.01.03.02.02	Outros impostos	80	226
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.638	797
2.01.03.03.01	ISS	518	410
2.01.03.03.02	Contribuição Sindical	1.120	387
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	174.850	152.546
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	127.925	106.584
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	127.925	106.584
2.01.04.02	Debêntures	46.925	45.962
2.01.05	Outras Obrigações	46.558	59.706
2.01.05.02	Outros	46.558	59.706
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	8.981	10.975
2.01.05.02.04	Arrecadação de Recursos de Terceiros	27.264	37.896
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	8.209	9.568
2.01.05.02.08	Operações com derivativos	2.104	1.267
2.02	Passivo Não Circulante	380.958	420.717
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	377.855	416.773
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	158.899	202.000
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	158.899	202.000
2.02.01.02	Debêntures	218.956	214.773
2.02.04	Provisões	3.103	3.944
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.103	3.944
2.02.04.01.05	Provisões para Contingências	3.103	3.944
2.03	Patrimônio Líquido	352.311	327.980
2.03.01	Capital Social Realizado	220.000	220.000
2.03.04	Reservas de Lucros	107.671	107.671
2.03.04.01	Reserva Legal	16.001	16.001
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	58.744	58.744
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	32.926	32.926
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	24.354	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	286	309

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	808.345	770.644
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-567.633	-554.099
3.03	Resultado Bruto	240.712	216.545
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-190.222	-162.160
3.04.01	Despesas com Vendas	-16.701	-14.602
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-173.572	-148.984
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	956	1.649
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-905	-223
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	50.490	54.385
3.06	Resultado Financeiro	-19.869	-22.509
3.06.01	Receitas Financeiras	6.486	2.621
3.06.02	Despesas Financeiras	-26.355	-25.130
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	30.621	31.876
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-6.290	-6.701
3.08.01	Corrente	-4.219	-5.036
3.08.02	Diferido	-2.071	-1.665
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	24.331	25.175
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	24.331	25.175
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,08000	0,17000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,08000	0,17000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	24.331	25.175
4.03	Resultado Abrangente do Período	24.331	25.175

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	35.327	-13.275
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	51.994	49.437
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	24.331	25.175
6.01.01.02	Depreciação e amortização	10.769	8.145
6.01.01.03	Capitalização dos juros	-715	-199
6.01.01.04	Juros sobre empréstimos tomados	6.350	9.013
6.01.01.05	Perdas com operações de Swaps	2.502	1.377
6.01.01.06	Variação cambial	-1.837	-703
6.01.01.08	Constituição (reversão) da provisão para contingências	-841	-72
6.01.01.10	Imposto de renda e contribuição social correntes	4.219	5.036
6.01.01.11	Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.070	1.665
6.01.01.12	Juros sobre debêntures	5.022	0
6.01.01.13	Realização do custo de captação das debêntures	124	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-8.881	-52.151
6.01.02.01	Redução em arrecadação de recursos de terceiros	4.600	-2.810
6.01.02.02	(Aumento) em contas a receber de clientes	5.415	-22.485
6.01.02.03	Redução (aumento) em adiantamento de terceiros	3.045	-8.600
6.01.02.04	(Aumento) nos estoques	13.719	40.812
6.01.02.05	Redução nos impostos a recuperar	-4.186	63
6.01.02.06	(Aumento) em outros créditos	-2.501	-588
6.01.02.07	(Aumento) redução em despesas antecipadas	-810	-1
6.01.02.08	(Aumento) redução em fornecedores	-28.911	-92.848
6.01.02.09	(Aumento) redução em impostos e contribuições a recolher	4.784	-2.389
6.01.02.10	(Redução) aumento em programa de recuperação fiscal - REFIS	-7	8
6.01.02.11	Aumento em salários e férias a pagar	7.962	15.654
6.01.02.12	Aumento (redução) em arrecadação de terceiros	-10.632	15.416
6.01.02.13	Redução (aumento) em outras contas a pagar	-1.359	5.617
6.01.03	Outros	-7.786	-10.561
6.01.03.01	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	0	-1.395
6.01.03.02	Pagamento de empréstimos tomados - juros	-7.786	-9.166
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-25.350	-42.049
6.02.01	Empréstimos concedidos junto a partes relacionadas	-11.724	-25.041
6.02.03	Liquidações de empréstimos concedidos junto a partes relacionadas	389	0
6.02.04	Liquidações de empréstimos tomados junto a partes relacionadas	0	838
6.02.05	Aquisição em outros investimentos	-32	-40
6.02.06	Alienação em outros investimentos	0	22
6.02.09	Aquisição de ativo imobilizado	-12.762	-15.158
6.02.11	Aquisição de intangível	-1.221	-2.670
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-20.418	57.829
6.03.01	Empréstimos tomados - Principal	8.000	94.130
6.03.02	Pagamentos de empréstimos tomados - Principal	-26.424	-36.194
6.03.03	Pagamento de arrendamento mercantil	0	-87
6.03.04	Juros sobre capital próprio pagos	-1.994	-20

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-10.441	2.505
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	98.933	19.309
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	88.492	21.814

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	220.000	0	107.671	0	309	327.980
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	220.000	0	107.671	0	309	327.980
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	24.354	-23	24.331
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	24.331	0	24.331
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	23	-23	0
5.07	Saldos Finais	220.000	0	107.671	24.354	286	352.311

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	140.000	0	106.863	0	399	247.262
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	140.000	0	106.863	0	399	247.262
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	25.198	-23	25.175
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	25.175	0	25.175
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	23	-23	0
5.07	Saldos Finais	140.000	0	106.863	25.198	376	272.437

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
7.01	Receitas	809.301	772.292
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	808.345	770.644
7.01.02	Outras Receitas	956	1.648
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-629.963	-610.340
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-567.633	-554.099
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-62.330	-56.241
7.03	Valor Adicionado Bruto	179.338	161.952
7.04	Retenções	-10.769	-8.145
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-10.769	-8.145
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	168.569	153.807
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	6.486	2.621
7.06.02	Receitas Financeiras	6.486	2.621
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	175.055	156.428
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	175.055	156.428
7.08.01	Pessoal	89.812	75.936
7.08.01.01	Remuneração Direta	77.267	66.102
7.08.01.02	Benefícios	6.754	4.864
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.791	4.970
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	22.755	26.922
7.08.02.01	Federais	20.673	25.582
7.08.02.02	Estaduais	453	240
7.08.02.03	Municipais	1.629	1.100
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	38.157	28.395
7.08.03.01	Juros	16.137	9.781
7.08.03.02	Aluguéis	22.020	18.614
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	24.331	25.175
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	24.331	25.175

Divulgação de Resultados 1T13

Fortaleza, 15 de maio de 2013. Empreendimentos Pague Menos S.A. ("Companhia"), única rede do varejo farmacêutico brasileiro presente em todos os estados do Brasil, inclusive no Distrito Federal, e que leva saúde a mais de 200 municípios brasileiros, anuncia seus resultados referentes ao 1º trimestre de 2013 (1T13).

As informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais encontram-se em conformidade com os padrões internacionais de contabilidade (IFRS), tendo sido revisadas por nossos auditores independentes (KPMG). Os demonstrativos são apresentados em reais, as taxas de crescimento na base trimestral, comparadas com o mesmo período de 2012.

Principais Destaques

- **Novas lojas:** Foram abertas 14 lojas ao longo do 1º trimestre, totalizando 599 lojas ao final do período
- **Receita Bruta:** R\$ 837 milhões no 1T13, crescimento de 5,0% em relação ao 1T12
- **Margem Bruta:** 28,8% no 1T13, expansão de 161 p.p. em relação ao 1T12
- **EBITDA:** R\$ 61,3 milhões no 1T13, variação negativa de 2,0% em relação ao 1T12
- **Margem EBITDA:** 7,3% no 1T13, retração de 52 p.p. frente ao 1T12
- **Lucro Líquido:** R\$ 24,3 milhões nos 1T13, com margem sobre a Receita Bruta de 2,9%.

Destaques Financeiros (em R\$ mil)	1T12	1T13	T/T
Receita Bruta	797.558	837.029	4,95%
Lucro bruto	216.545	240.712	11,16%
Margem Bruta	27,15%	28,76%	161 p.p.
EBITDA	62.530	61.258	-2,03%
Margem EBITDA	7,84%	7,32%	-52 p.p.
Lucro Líquido	25.175	24.331	-3,35%
Margem Líquida	3,16%	2,91%	-25 p.p.

Destaques Operacionais	1T12	1T13	T/T
# de Lojas fim do período	510	599	89
# Atendimentos	19.533.783	20.336.445	4,1%
Ticket Médio (em R\$)	40,66	41,10	1,1%

Única Plataforma Nacional

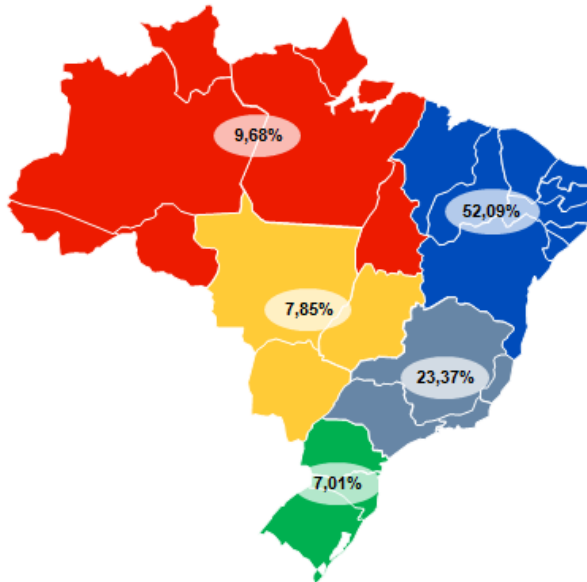
Encerramos o 1T13 com 599 lojas em operação, sendo 14 novas lojas ao longo do trimestre, destacando a entrada em 3 novos municípios brasileiros. Nos últimos 12 meses, foram abertas 89 lojas, sendo 100% crescimento orgânico, mostrando a competência da

1T13

área de expansão da companhia, que consegue manter um ritmo acelerado de crescimento, sem contudo perder de vista a rentabilidade.

Região Norte	
Estado	Lojas
AC	4
AM	10
AP	4
PA	23
RO	8
RR	3
TO	6
Total:	58

Região Centro-Oeste e DF	
Estado	Lojas
DF	10
GO	19
MS	10
MT	8
Total:	47



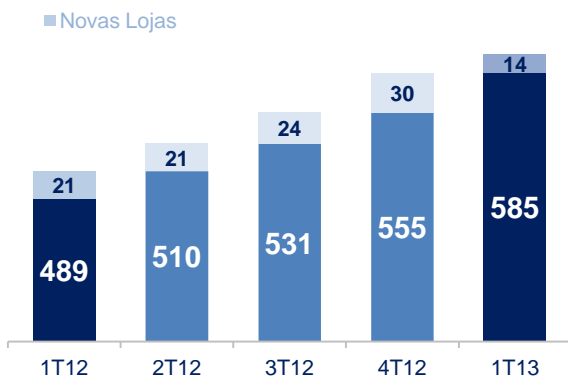
Região Nordeste	
Estado	Lojas
AL	14
BA	49
CE	108
MA	25
PB	21
PE	44
PI	16
RN	24
SE	11
Total:	312

Região Sudeste	
Estado	Lojas
ES	12
MG	37
RJ	31
SP	60
Total:	140

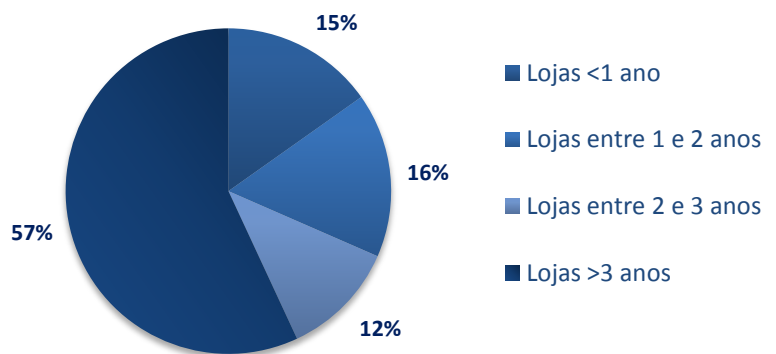
Região Sul	
Estado	Lojas
PR	17
RS	10
SC	15
Total:	42

Em 31 de Março de 2013, possuíamos 43% de nossas lojas em estágio de maturação e 57% de lojas maduras (acima de 3 anos) dentro do nosso perfil etário das lojas (*vide abaixo*). Ao longo do trimestre, 4 lojas foram reformadas e adaptadas ao novo *layout* adotado pela Companhia. Adicionalmente, no encerramento do trimestre, tínhamos 34 lojas em construção.

Lojas



Idade das Lojas



1T13

Receita Bruta de Vendas

Encerramos os primeiros três meses de 2013 com uma Receita Bruta de R\$ 837 milhões, o que representou um incremento de 5,0% em relação ao mesmo período de 2012. Registramos queda nas vendas de mesmas lojas de 1,8% e 4,7% nas lojas maduras devido a alguns fatores pontuais, tais como: efeito calendário, base de comparação recorde, retardamento da inauguração de lojas, maior participação de genéricos e OTCs no mix de vendas e, principalmente, efeito inercial nas vendas. Esse último, ocasionado pela redução do nível de serviço do Centro de Distribuição de Fortaleza, nos últimos três trimestres.

Com relação ao efeito calendário, diferentemente de 2012, quando o ano começou num domingo, em 2013, o mês de janeiro começou numa terça-feira, prejudicando as vendas daquele mês. Além disso, o ano passado, por ter sido bissexto, teve um número de dias maior. Por fim, tivemos uma data atípica para a Páscoa que este ano ocorreu em março. Ainda cabe ressaltar que um novo feriado foi adicionado ao calendário do Estado do Ceará em 2012, porém, com efeito inócuo naquele ano, já que ocorrera num domingo, ante uma terça-feira em 2013. Estimamos um impacto de cerca de 3,13% em termos de crescimento.

Associado a menor quantidade de dias úteis neste início de ano, em 2012, o primeiro trimestre fora fortemente impactado pela maior quantidade de lojas em maturação, 111, quando comparada a do ano anterior, de apenas 59 (1T11), ou seja, um crescimento de 88,1% da base de lojas em maturação. Já no 1T13, essa mesma base continha 167, avanço de apenas 50,5%, quase metade do salto de um ano antes. Ademais, a quantidade de lojas com menos de 1 ano foi 9,2% menor do que no mesmo período de 2012.

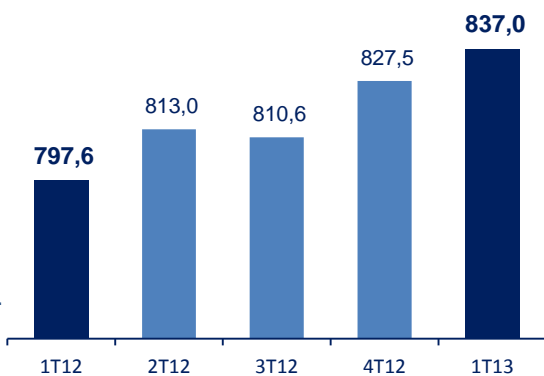
Tivemos um trimestre desafiador para o nosso departamento de expansão. A ressaca pós-eleições municipais acabou retardando o cronograma de abertura de lojas, fazendo com que 12 das 14 lojas abertas no período tenham sido inauguradas durante o prejudicado - em termos de calendário - mês de março.

O avanço dos medicamentos genéricos, cujo preço médio é menor do que o de marca, afetou a evolução do ticket médio, visto que o número de itens por cupom continua em patamar quase idêntico (2,63 itens no 1T13 contra 2,65 itens no 1T12). De fato, o nosso mix de vendas tem se modificado ao longo dos trimestres e verificamos uma clara tendência de elevação na representatividade dos não medicamentos frente aos medicamentos (28% no 1T13 ante 26,7% no 1T12). Nosso ticket médio passou de R\$ 40,66 no 1T12 para R\$ 41,10 no 1T13, um aumento de apenas 1,1%, principalmente, devido ao aumento da participação do genéricos e dos não medicamentos na receita. Essa tendência, apesar de reduzir o crescimento da linha de receita, corrobora para o incremento das margens e, consequentemente, da rentabilidade da empresa.

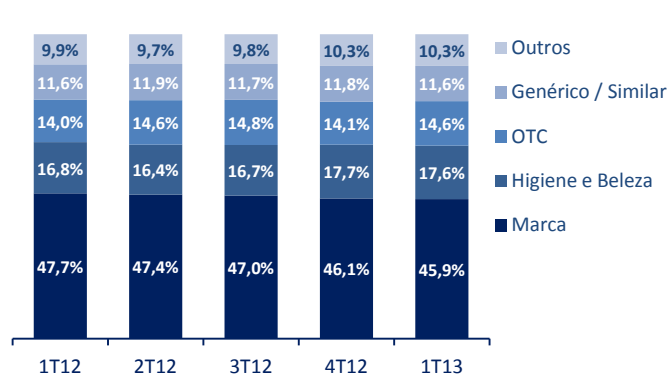
Por fim, o efeito inercial, ocasionado pela redução do nível de serviço do Centro de Distribuição de Fortaleza em 2012, provocou forte queda na quantidade de atendimentos de nossas lojas, sobretudo, nas lojas maduras que respondem por 71,7% da Receita.

Dado que o nível de serviço do nosso Centro de Distribuição já se encontra normalizado e que em abril nosso crescimento de vendas de mesmas lojas retornou a melhores patamares, estamos confiantes de que o crescimento da Receita retornará aos níveis acima da ABRAFARMA, como foi o nosso histórico até 2011.

Receita Bruta R\$ MM



Mix de Vendas

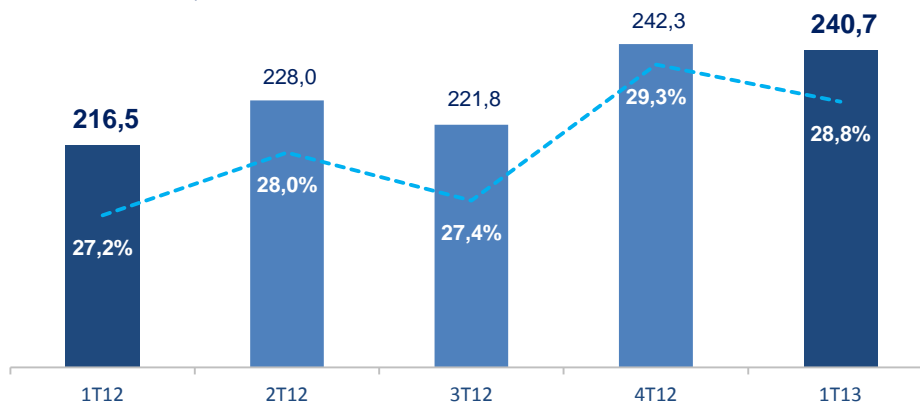


Lucro Bruto e Margem Bruta

1T13

Nosso lucro bruto totalizou R\$ 240,7 milhões, expansão de 11,0% frente ao 1T12, com margem bruta de 28,8% incremento de 161 p.p frente ao 1T12, tendo sido influenciado pelo crescimento e maturação de nossas lojas, mudança na política de descontos em algumas regiões, à evolução da participação de não medicamentos e genéricos no *mix* de vendas, além de melhores condições comerciais junto aos nossos fornecedores.

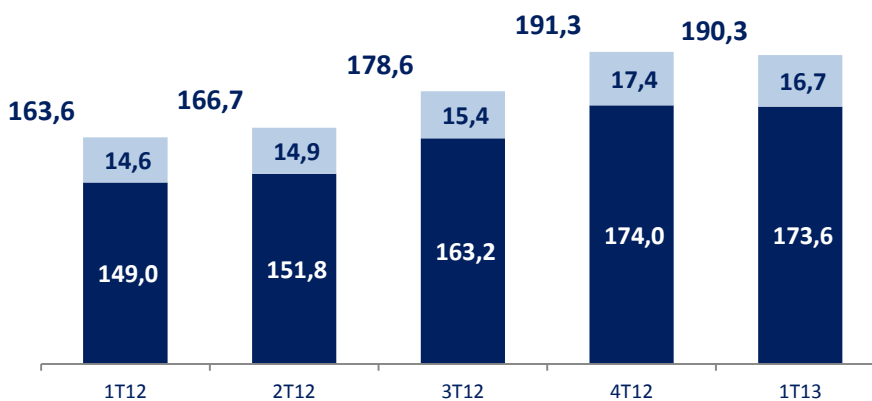
Lucro Bruto R\$ MM



Despesas de Vendas, Gerais e Administrativas (SG&A)

No 1T13, as **Despesas com vendas**¹ cresceram 14,4% frente ao 1T12, totalizando R\$ 16,7 milhões. Já as **Despesas Gerais e Administrativas** totalizaram R\$ 173,5 milhões, incremento de 16,5% quando comparado ao 1T12. Assim, o nosso SG&A apresentou incremento de 16,3% em relação ao 1T12, totalizando R\$ 190,3. O principal motivo para o incremento foi a abertura das 89 novas lojas ao longo dos últimos doze meses, pois suas despesas pesaram frente a um faturamento ainda em processo de maturação. Também impactaram no SG&A as 47 lojas que já se encontram em fase pré-operacional.

■ Administrativas e gerais ■ Vendas

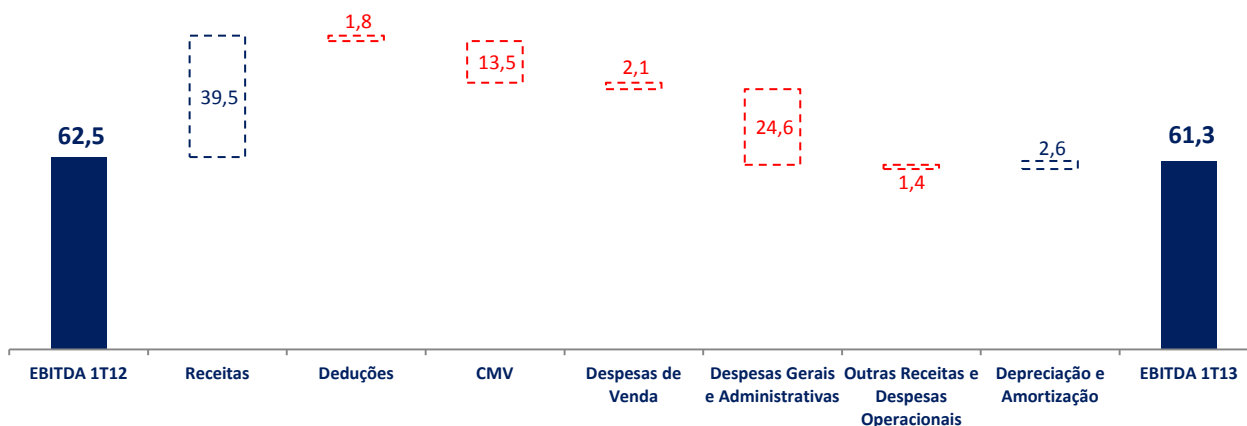


¹ A companhia classifica despesas de loja (pessoal, aluguel, água, luz, telefone, dentre outras) como despesas gerais e administrativas e as despesas com frete são alocadas no Custo da Mercadoria Vendida (CMV).

1T13

EBITDA e Margem EBITDA

Atingimos um EBITDA de R\$ 61,3 milhões, uma queda de 2% em relação ao 1T12, apresentando uma margem de 7,3% sobre a Receita Bruta. Apesar do incremento de 161p.p na margem bruta, despesas com ocupação, bem como o dissídio coletivo de 7,2% na cidade de Fortaleza, onde fica localizada nossa sede, centro de distribuição e cerca de 13% das nossas lojas, contribuíram para esta queda em termos de margem Ebitda. Além disso, o efeito calendário do 1T13 associada à abertura de boa parte das lojas apenas em Março, contribuíram para um menor crescimento da receita bruta.

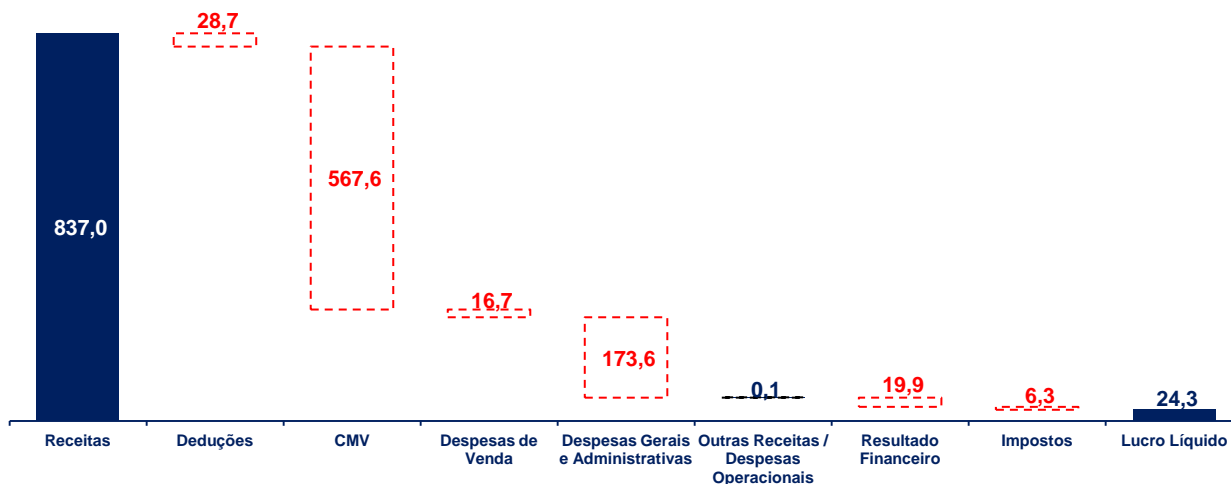


Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido negativo atingiu R\$ 19,9 milhões, uma melhora de 11,7% em comparação ao resultado financeiro do 1T12. Apesar do aumento das despesas financeiras, em virtude da elevação do endividamento da companhia para fazer frente ao plano de expansão, provisionamento do juros das debêntures, além do efeito contábil e não caixa das operações de swap da companhia, tivemos um aumento de 147% nas receitas financeiras proveniente da aplicação de parte dos recursos oriundos da emissão de debêntures. Além de uma queda significativa do principal indexador de nosso passivo, a taxa DI.

Lucro Líquido e Margem Líquida

Atingimos um lucro líquido de R\$ 24,3 milhões no 1T13, 3,4% menor que os R\$ 25,2 do 1T12. A margem líquida, por sua vez, saiu de 3,2% no 1T12 para 2,9% no 1T13, queda de 2 p.p.. Essa queda decorreu basicamente das despesas incorridas com o processo de expansão sem a devida contrapartida em termos de receita, bem como as demais explicações acima.



1T13

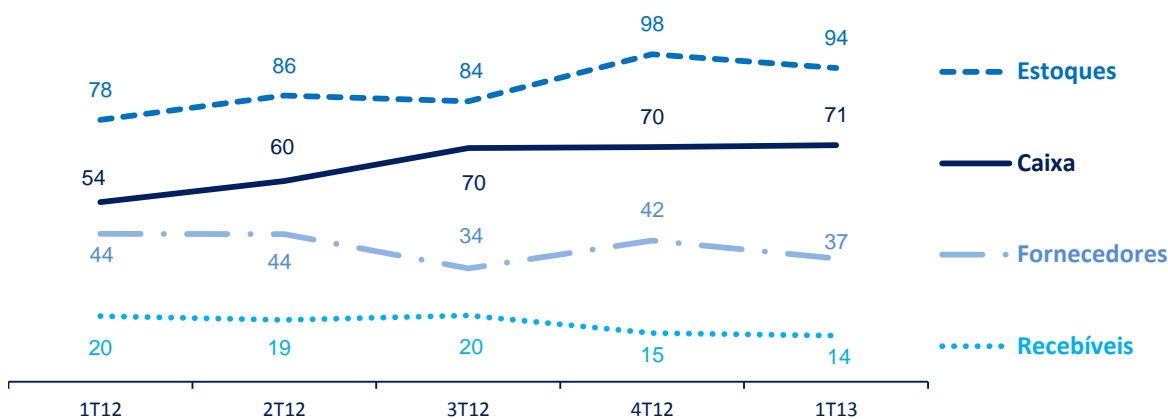
Ciclo de Caixa

No 1T13 registramos um incremento de 17 dias em relação ao 1T12. O maior investimento em caixa decorreu, basicamente, da elevação dos níveis de estoques devido aos problemas de separação enfrentados pelo Centro de Distribuição de Fortaleza durante os três últimos trimestres do ano passado e, da maior expectativa de abertura de novas lojas no 1T13, que acabou não se concretizando em função das mudanças nas prefeituras.

Dessa forma, apesar do nível de serviço do Centro de Distribuição ter voltado para os patamares anteriores, de 97%, cerca de 80% das lojas abertas no trimestre iniciaram suas atividades apenas no mês de março, não contribuindo desta forma para a redução do nível de estoques projetada.

Para os próximos trimestres, esperamos que este nível de estoques se mantenha em função da inauguração dos dois novos Centros de Distribuição. Tal investimento deverá ter retorno quase imeditado, face à melhoria do nível de serviço nas lojas e o consequente impacto sobre as vendas.

Ciclo de Caixa



Mercado de Capitais

As incertezas sobre os rumos do Euro deram lugar a um iminente cenário de desaceleração global, principalmente, ocasionado pela propagação do quadro recessivo europeu para outras regiões. A economia norte-americana, que seguiu trajetória acendente, apoiada no fôlego que seu Mercado Imobiliário vem recebendo, foi o contrapeso responsável por manter ameno o cenário no Mercado de Capitais. Importante ressaltar que os riscos de ruptura sistêmica permaneceram à margem do noticiário durante o trimestre.

Diante das incertezas do Mercado brasileiro, acometido por uma inflação próxima ao teto da meta (6,5%) e de um momento econômico pouco pujante (PIB de 0,9%, em 2012), a Bolsa brasileira tem se mostrado um terreno hostil a novos entrantes.

Assim, a Companhia e os Coordenadores da Oferta Pública Inicial de Ações da Empreendimentos Pague Menos S.A. decidiram manter o cronograma em aberto, sem data futura delineada. A despeito dessa postergação, o plano de expansão da companhia segue robusto. As obras do novo Centro de Distribuição, em Hidrolândia (GO), encontram-se avançadas e o forte ritmo de abertura de novas lojas prossegue inalterado.

1T13

Audidores Independentes

A KPMG Auditores Independentes prestou somente serviços de auditoria ou diretamente relacionados à auditoria nos exercícios apresentados. Neste sentido a política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes.

As informações não financeiras da Pague Menos, bem como às expectativas da Administração quanto ao desempenho futuro da Companhia, não foram revisadas pelos auditores independentes.

Declaração da Diretoria

Os diretores de Empreendimentos Pague Menos S.A. declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as informações contábeis intermediárias referentes ao período findo em 31 de março de 2013 e período comparativo.

Fortaleza, 15 de maio de 2013.

A Administração

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

1 Contexto operacional

A Empreendimentos Pague Menos S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, sediada na cidade de Fortaleza, estado do Ceará, e tem como atividade principal o comércio varejista de medicamentos, perfumaria, produtos de higiene pessoal e de beleza, cosméticos e dermocosméticos e como atividade secundária o recebimento de contas como correspondente bancário.

A Empreendimentos Pague Menos S.A. obteve seu registro de Companhia aberta, na categoria “A”, junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em 21 de outubro de 2011.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, complementadas pelos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, os quais estão convergentes às Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A emissão dessas informações contábeis intermediárias foi autorizada pelo Conselho de Administração em 15 de maio de 2013.

b. Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de alguns ativos e passivos não circulantes e instrumentos financeiros.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas baseadas nas mesmas políticas e métodos contábeis quando comparadas com as demonstrações financeiras do exercício findo em de 31 de dezembro de 2012.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas informações contábeis intermediárias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias de acordo com as normas IFRS e do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações contábeis intermediárias estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 17 - Contabilização de acordos contendo arrendamento mercantil.
- Nota Explicativa nº 17 - Classificação de arrendamento mercantil.

Notas Explicativas

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 10 - Utilização de prejuízos fiscais.
- Nota Explicativa nº 19 - Provisões e contingências.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas informações contábeis intermediárias.

e. Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no encerramento do período, e a conversão dos valores das transações são reconhecidos na demonstração do resultado.

f. Instrumentos financeiros

i. *Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A Companhia não possui ativos financeiros disponíveis para venda.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado

Notas Explicativas

ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, adiantamentos a fornecedores e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

Arrecadação de recursos de terceiros

As arrecadações de recursos de terceiros correspondem aos valores recebidos no período da atividade de correspondente bancário, em média nos dois ou três últimos dias de cada mês, e são repassados aos agentes no primeiro dia útil do mês subsequente. Não são classificados como caixa e equivalentes de caixa por não pertencerem à Companhia.

ii. **Passivos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, limite de cheque especial bancário (conta garantida), saldos bancários a descoberto, fornecedores, arrendamento mercantil, partes relacionadas e outras contas a pagar.

iii. **Capital social**

Ações ordinárias com valor nominal são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo, podendo ser distribuídos como juros sobre capital próprio. O excesso de dividendos a serem distribuídos são classificados como dividendos adicionais propostos no patrimônio líquido.

iv. **Instrumentos financeiros derivativos**

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações são reconhecidas imediatamente no resultado.

O valor justo de contratos de *swaps* de taxas de juros é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto à razoabilidade por meio do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de

Notas Explicativas

mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da Companhia e contraparte quando apropriado.

g. **Contas a receber de clientes e outros créditos**

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, não ajustadas ao valor presente em função do julgamento da Administração não considerar aplicável. Não há provisão para redução ao valor recuperável dos recebíveis por não haver histórico de perdas e a Administração não esperar que qualquer um dos montantes atualmente em circulação seja incobrável.

h. **Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no critério do custo médio ponderado e inclui todos os custos de aquisição dos bens. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de vendas.

i. **Imobilizado**

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, se aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que essas sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2008 ou data posterior.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Embora a adoção do valor justo como custo atribuído tenha conseqüente aumento na despesa de depreciação nos períodos futuros, a Companhia não alterará sua política de dividendos.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

ii. Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é contabilizado no resultado do período em que ocorre a reposição. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

Notas Explicativas

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear, conforme as taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 12, e leva em consideração as vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento do exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. A Administração entende que as taxas de depreciação representam a expectativa de vida útil dos seus ativos.

As taxas médias anuais ponderadas em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 estimadas são as seguintes:

	Taxa média
Edificações	4%
Benfeitorias em propriedades de terceiros	10% a 20%
Instalações	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Móveis e utensílios	10%
Veículos	20%
Equipamentos de informática	20%
Aeronave	6,66%

j. Ativos intangíveis

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados e tem seu valor recuperável testado, anualmente. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando sua utilização efetiva.

i. Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam.

ii. Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o período corrente e comparativo são as seguintes:

- Softwares: 5 anos.
- Fundo de comércio: Prazo de vigência dos contratos de locação.
- Desenvolvimento de *websites*: 10 anos.

k. Arrendamentos mercantis

A Companhia possui contratos de arrendamento operacional e financeiro.

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo. Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais.

Notas Explicativas

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

i. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

i. Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, tais como imobilizado e intangível, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”). A Companhia considera cada loja individual como uma unidade geradora de caixa.

m. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

n. Benefícios a empregados

A Companhia concede apenas benefícios de curto prazo aos seus empregados, os quais são mensurados em uma base não descontada e são incorridos como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

Notas Explicativas

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar o valor em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

o. Receita operacional

i. Venda de mercadorias

A receita operacional da venda de mercadorias no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade das mercadorias foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável e que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

ii. Comissão sobre serviços de correspondente bancário

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização por se caracterizar como um correspondente bancário. A atividade de correspondente bancário se concretiza pelo recebimento do valor das contas pagas pela população em geral, nas dependências da rede de farmácias Pague Menos. Esses valores recebidos precisam ser repassados para o titular do direito em aproximadamente 3 dias. A Companhia recebe por este serviço uma comissão que é mensurada por autenticação nos boletos bancários.

iii. Receita de aluguel

A receita de aluguel é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento referente a cessão de espaço para caixas eletrônicos e antenas de operadoras de telefonia.

p. Subvenção governamental

Subvenções governamentais são reconhecidas no resultado (custo das mercadorias vendidas) quando há segurança razoável de que a subvenção será recebida e que as condições estabelecidas para a utilização serão cumpridas pela Companhia. Posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

q. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado). A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, descontos a valor presente, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

r. Imposto de renda e contribuição social

i. Impostos correntes

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do período corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Notas Explicativas

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações contábeis intermediárias e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

ii. *Impostos diferidos*

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins fiscais. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações contábeis intermediárias.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

s. **Custo de transação na emissão de títulos e valores mobiliários**

Os custos de transação incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução da distribuição pública primária de ações são registrados no ativo circulante, em despesas antecipadas. Os custos de transações incorridos e diretamente atribuíveis à emissão das debêntures da Companhia são registrados em conta redutora do passivo e sua realização efetuada linearmente pelo prazo do contrato para o resultado.

t. **Segmentos de negócios**

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados, que todos os serviços são prestados utilizando-se sistema de comercialização similar, que não existem gerentes que sejam responsáveis por determinado segmento e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

u. **Demonstrações do valor adicionado**

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação suplementar.

v. **Determinação do ajuste a valor presente**

O item sujeito a ajuste a valor presente refere-se as contas a pagar a fornecedores

O cálculo do valor presente de fornecedores é efetuado para cada transação com base numa taxa média de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente dos fornecedores é contra estoque e custo dos produtos vendidos no resultado. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do custo é considerada despesa financeira e será apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

Notas Explicativas

w. Impacto das novas normas e interpretações vigentes a partir de 1º de janeiro de 2013

A Companhia adotou todos os pronunciamentos, pronunciamentos revisados e interpretações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 31 de março de 2013.

Em relação aos pronunciamentos : IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas, IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas, IFRS 11 Empreendimentos Conjuntos e IFRS 12 Divulgação de Participações em Outras Entidades, que foram emitidos e/ ou revisados pelo IASB anteriormente a 2012 e cujas aplicações passaram a vigorar para os exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, a Administração entende que estes não impactam as informações contábeis intermediárias da Companhia.

Quanto aos IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração, IFRS 13 Mensuração do Valor Justo e a alteração do IAS 19 Benefícios a Empregados foram refletidos os impactos de suas adoções nas informações contábeis intermediárias de 31 de março de 2013.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2013	2012
Caixa e bancos	21.044	23.863
Aplicações financeiras de curto prazo	67.448	75.070
	<u>88.492</u>	<u>98.933</u>

As aplicações financeiras de curto prazo referem-se substancialmente a renda fixa, lastreados a CDB – Certificados de Depósitos Bancários e Operações Compromissadas com característica de recompra, de alta liquidez, contratados diretamente com as instituições financeiras e remunerados a taxas que variam entre 100% e 101,50% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. O saldo de aplicações financeiras decorrente da emissão de debêntures descrita na Nota Explicativa nº 16, representa R\$ 18.467 em 31 de março de 2013 (R\$ 33.830 em 31 de dezembro de 2012). E o saldo decorrente de antecipação de recebíveis representa R\$ 48.000. O resgate antecipado dessas aplicações não ocasiona perdas financeiras para a Companhia.

Por essa razão, a Companhia considerou esses ativos circulantes como caixa e equivalentes de caixa, para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa e, portanto, não existem diferenças entre os componentes de caixa e equivalentes de caixa apresentados nesta nota explicativa e os saldos considerados na demonstração do fluxo de caixa. Não existem saldos de caixa e equivalentes de caixa que não estejam disponíveis para uso imediato pela Companhia.

5 Arrecadação de recursos de terceiros

O saldo da conta Arrecadação de recursos de terceiros, no ativo circulante, corresponde aos valores recebidos na atividade de correspondente bancário, onde a Companhia recebe o valor das contas pagas por consumidores, em sua rede de farmácias, e que devem ser repassadas para o titular do direito, em média, em 3 dias.

Os recursos arrecadados perfazem, respectivamente, os montantes de R\$ 9.962 e R\$ 14.562 em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

Os valores registrados na conta Arrecadação de recursos de terceiros, no passivo circulante, de forma similar, referem-se aos débitos a serem repassados aos conveniados quando da atividade de correspondente bancário.

Os valores dos débitos a serem repassados, perfazem, respectivamente, os montantes de R\$ 27.264 em 31 de março de 2013 sendo R\$ 27.207 junto a terceiros e R\$ 57 junto a partes relacionadas e R\$ 37.896 em

Notas Explicativas

31 de dezembro de 2012, sendo R\$ 36.656 junto a terceiros e R\$ 1.240 junto a partes relacionadas..

6 Outros investimentos

	2013	2012
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	<u>2.010</u>	<u>1.978</u>
Circulante	<u>203</u>	<u>200</u>
Não circulante	<u>1.807</u>	<u>1.778</u>

Referem-se à aplicações financeiras, substancialmente, a renda fixa, lastreadas a CDB – Certificados de Depósitos Bancários, e remunerados a taxas de 99% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), classificadas como mantidos até o vencimento, no ativo circulante.

Os ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento, no valor de R\$ 1.807, estão atrelados a uma obrigatoriedade de um financiamento, o qual deve ser mantido por toda a vigência do contrato junto ao Banco do Nordeste do Brasil – BNB, a ser encerrado em 2 de abril de 2015.

7 Contas a receber de clientes

Composição da conta

	2013	2012
Cartões de crédito a receber	113.598	120.076
Convênios a receber	14.016	12.826
Comissões a receber	<u>710</u>	<u>837</u>
	<u>128.324</u>	<u>133.739</u>

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas à contas a receber de clientes e a outras contas são divulgadas na Nota Explicativa nº 26.

Alguns saldos de recebíveis de cartões de crédito foram dados como garantias para os financiamentos e empréstimos e de debêntures emitidas pela Companhia cujo os detalhes encontram-se divulgados nas Nota Explicativas nºs 15 e 16.

Ajustes a valor presente (AVP)

A Companhia realizou estudos para calcular os ajustes a valor presente e, com base nesses estudos, a Administração entende que não há necessidade de contabilização do AVP, considerando que o prazo médio de recebimento das contas a receber de clientes é de aproximadamente entre 15 e 20 dias, prazo esse considerado como parte das condições normais e inerentes das operações da Companhia.

Provisão para redução ao valor recuperável

A Companhia não tem histórico de perdas com seus recebíveis de clientes, razão pela qual nenhuma provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber vêm sendo reconhecida. A Administração entende que não há risco de crédito material em sua carteira de clientes, uma vez que nas transações com administradoras de cartões de créditos, o risco de crédito é transferido para tais administradoras.

Notas Explicativas

8 Estoques

Composição da conta	2013	2012
Mercadorias de revenda nas lojas	358.085	354.557
Mercadorias de revenda no centro de distribuição	233.054	250.477
Materiais para uso e consumo	920	744
	<u>592.059</u>	<u>605.778</u>

Ajustes a valor presente (AVP)

A Companhia calculou o ajuste a valor presente (AVP) do saldo de fornecedores, das compras totais do período, com o correspondente cálculo envolvendo as mercadorias ainda em estoque, utilizando uma taxa entre 8,94% a.a. e 9,17% a.a. na data de cada operação (ver explicação na Nota Explicativa nº 14). O efeito do AVP foi de R\$ 9.339 em 31 de março de 2013 (R\$ 9.429 em 31 de dezembro de 2012), apresentado líquido no saldo de estoque.

Provisão para obsolescência de estoque

Não há registro de provisão para obsolescência por historicamente não existirem perdas. O estoque da Companhia é composto substancialmente por itens de medicamentos. A Companhia possui negociações informais com seus fornecedores para reposição, troca e/ou retirada dos produtos antes de seus vencimentos.

9 Impostos e contribuições a recuperar

	2013		2012	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ICMS (a)	264	-	437	-
IRPJ (b)	6.514	-	2.404	-
CSLL (c)	1.488	-	1.160	-
COFINS (c)	479	4.738	866	4.661
PIS (c)	115	846	198	832
Outros	345	1.028	59	1.014
	<u>9.205</u>	<u>6.612</u>	<u>5.124</u>	<u>6.507</u>

- (a) Imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação (ICMS): é resultante basicamente do regime de apuração normal de ICMS da central de distribuição da Companhia, localizada no Estado do Ceará.
- (b) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL): são decorrentes das antecipações e pagamentos a maior ou indevidos.
- (c) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS): são créditos oriundos do regime de não-cumulatividade estabelecido pelas Leis nºs. 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente.

10 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis.

A Companhia, com base em estudo técnico aprovado pela Administração, relativo à estimativa de lucros tributáveis

Notas Explicativas

futuros, reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de períodos anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

A recuperação do valor do ativo fiscal diferido é revisada periodicamente e as projeções são revisadas anualmente. Caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o período pela Companhia.

Origem dos créditos fiscais diferidos	2013	2012
Prejuízo fiscal e Base negativa de contribuição social (b)	13.199	14.414
Diferenças temporárias (c)	1.055	1.341
Impostos diferidos sobre os ajustes de CPC (c)	(1.920)	(1.351)
Total	12.334	14.404
Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos – Ativo	19.806	22.698
Imposto de renda e contribuição social diferidos – Passivo	(7.472)	(8.294)
Efeito líquido	12.334	14.404

a. Conciliação das despesas e receitas de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CS) e da alíquota efetiva vigente sobre esses impostos

	2013	2012
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social [A]	30.621	31.876
Alíquota fiscal combinada [D]	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	10.411	10.838
Adições permanentes: [B]	2.863	1.767
Multas não dedutíveis	-	37
Outras adições permanentes	2.863	1.730
Exclusões permanentes: [C]	14.984	13.933
ICMS sobre operações interestaduais	14.763	13.667
Outras exclusões permanentes	221	266
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido no resultado do período após adições/exclusões [A] + [B] – [C] X [D] = [E]	6.290	6.701
Alíquota efetiva [E]/[A]	20,54%	21,03%

b. Composição e movimentação do prejuízo fiscal (IRPJ) e base negativa de Contribuição Social (CSLL) a compensar

As variações verificadas no período findo em 31 de março de 2013 e exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram decorrentes da utilização dos créditos de base negativa de contribuição social.

A movimentação dos saldos existentes em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 pode assim ser demonstrada:

	IRPJ	CSLL	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	18.322	592	18.914
Compensação de Prejuízo fiscal/ Base de cálculo negativa da CSLL	(3.908)	(592)	(4.500)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	14.414	-	14.414
Compensação de Prejuízo fiscal/ Base de cálculo negativa da CSLL	(1.215)	-	(1.215)
Saldo em 31 de março de 2013	13.199	-	13.199

Notas Explicativas

c. Composição dos tributos diferidos oriundos das diferenças temporárias e dos ajustes da adoção do CPC

	Saldo em 01/01/12	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31/12/12	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31/03/13
Custo atribuído	(206)	47	(159)	12	(147)
Capitalização dos juros	(681)	(293)	(974)	(196)	(1.170)
Ajuste a valor de mercado	748	(323)	425	851	1.276
Custos com <i>IPO</i>	(725)	(892)	(1.617)	(81)	(1.698)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	35	(35)	-	-	-
Outras provisões	<u>2.156</u>	<u>159</u>	<u>2.315</u>	<u>(1.441)</u>	<u>874</u>
Total	<u>1.327</u>	<u>(1.337)</u>	<u>(10)</u>	<u>(855)</u>	<u>(865)</u>

d. Segregação entre tributos diferidos ativos e passivos

	2013	2012
Custo atribuído	(147)	(159)
Capitalização dos juros	(1.170)	(974)
Provisão para contingências	1.055	1.341
Ajuste a valor presente	(181)	974
Ajuste a valor de mercado	1.276	425
Custos com <i>IPO</i>	(1.698)	(1.617)
Prejuízo fiscal e Base negativa de contribuição social a compensar	<u>13.199</u>	<u>14.414</u>
Total líquido	<u>12.334</u>	<u>14.404</u>
Ativo	<u>19.806</u>	<u>22.698</u>
Passivo	<u>7.472</u>	<u>(8.294)</u>

e. Expectativa de realização

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de bases negativas de contribuição social e prejuízo fiscal a compensar, conforme segue:

Anos

2013	5.985
2014	<u>7.214</u>
	<u>13.199</u>

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do período/exercício.

11 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício/período, relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com suas partes relacionadas, acionistas, profissionais-chaves da Administração e outras partes relacionadas.

a. Composição da conta

Notas Explicativas

Partes relacionadas	Natureza da operação	2013		2012	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Adiantamento a terceiros					
Distribuidora de Produtos Hospitalares Ame Farma Ltda. (a)	Compra de medicamentos	269	-	273	-
Gráfica Boa Letra Ltda. (e)	Serviços gráficos	<u>178</u>	<u>-</u>	<u>178</u>	<u>-</u>
		447	-	451	-
Outros créditos					
Pax Corretora de Valores e Câmbio Ltda. (f)	Serviços de corretagem	<u>49</u>	<u>-</u>	<u>49</u>	<u>-</u>
Adiantamentos					
Renda Participações S.A. (b)	Adiantamentos	8.745	-	6.611	-
Dupar Participações S.A. (c)	Adiantamentos	136.127	-	132.691	-
Francisco Deusmar de Queirós (i)	Adiantamentos	6.398	-	328	-
Pague Menos Gerenciadora de Serviços Ltda. (h)	Adiantamentos	<u>4.529</u>	<u>-</u>	<u>4.834</u>	<u>-</u>
		155.799	-	144.464	119
Fornecedores					
Midigraf Serviços Digitais Ltda. (d)	Prestação de serviços gráficos	-	11	-	17
PH Segurança Ltda. (g)	Serviços de segurança	-	-	-	-
Gráfica Boa Letra Ltda. (e)	Serviços gráficos	-	-	-	5
ePharma PBM do Brasil S.A. (j)	Adiantamentos	-	-	-	12
Arrecadação de recursos de terceiros					
Pague Menos Gerenciadora de Serviços Ltda. (h)	Arrecadação de recursos de terceiros	<u>-</u>	<u>57</u>	<u>-</u>	<u>1.240</u>
Outras contas a pagar					
Renda Participações S.A. (b)	Aluguéis	-	313	-	333
Dupar Participações S.A. (c)	Aluguéis	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.066</u>
		-	313	-	2.399
Juros sobre capital próprio					
Acionistas	JSCP	<u>-</u>	<u>11.300</u>	<u>-</u>	<u>10.967</u>
Total		<u>156.295</u>	<u>11.681</u>	<u>144.964</u>	<u>14.640</u>
Circulante		496	11.681	500	14.640
Não circulante		155.799	-	144.464	-

- (a) Distribuidora de Produtos Hospitalares Ame Farma Ltda. - Atua no comércio atacadista de drogas, medicamentos de uso humano, insumos farmacêuticos para manipulação e produtos hospitalares em geral.

Ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 não houve novas compras de medicamentos junto a essa parte relacionada. Os saldos apresentados são, basicamente, decorrentes de compras, realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

- (b) Renda Participações S.A. - Atua no ramo de compra, venda e administração de bens móveis e imóveis próprios e de terceiros, bem como na administração de carteira de ações próprias e de terceiros.

Além das transações de adiantamentos entre as partes relacionadas, existem operações de locações de imóveis entre a Companhia (locatária) e sua parte relacionada. Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, existiam 11 imóveis em locação impactando o resultado em R\$ 808 durante o período de 2013 (R\$ 772 em 2012). O saldo de aluguéis a pagar em 31 de março de 2013 é de R\$ 313 (R\$ 333 em 31 de dezembro de 2012).

A projeção de despesas com aluguéis, incluindo os imóveis da Renda Participações S.A, e de terceiros, está apresentada na Nota Explicativa nº 17.

- (c) Dupar Participações S.A. - Atua no ramo de administração de bens móveis e imóveis próprios e de terceiros, representação comercial, participação em outras empresas, bem como na administração de carteira de ações próprias e de terceiros.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2013 existem 216 contratos de imóveis (em 31 de dezembro de 2012 existiam 210 contratos de imóveis) de propriedade da Dupar e alugados pela Companhia (locatária). O valor mínimo dos aluguéis dos imóveis é de R\$ 5 atualizado anualmente pelo IGP-M ou 2% do faturamento da respectiva loja, dos dois o maior. O impacto no resultado do primeiro trimestre de 2013 foi de R\$ 6.269 (R\$ 4.795 em 2012).

No decorrer de 2013, foi transacionado o montante de R\$ 3.435 (R\$ 16.228 em 2012) de transações de adiantamentos entre esta parte relacionada e a Companhia. As operações de adiantamentos junto à Dupar Participações S.A. serão liquidadas através do pagamento de aluguéis que será recebido pela Dupar Participações S.A. mensalmente, ou despesas de natureza diversas podem ser utilizadas para liquidação do saldo.

A projeção de despesas com aluguéis, incluindo os imóveis da Dupar Participações S.A. e de terceiros está apresentada na Nota Explicativa nº 17.

- (d) Midigraf Serviços Digitais Ltda. – Atua principalmente na execução de serviços gráficos digitais, comércio varejista de produtos de papelaria e artigos de escritório.

Em 31 de março de 2013, o saldo transacionado com esta parte relacionada no resultado totalizou R\$ 6 (R\$ 47 em 2012).

- (e) Gráfica Boa Letra Ltda. – Esta parte relacionada tem como objetivo a impressão de livros, revistas, material de publicidade, material de escritório e outros periódicos em geral sob encomenda.

No decorrer do período de 2013 foi transacionado no resultado o montante de R\$ 5 (R\$ 5 em 2012).

- (f) Pax Corretora de Valores e Cambio Ltda. – Atua como agente intermediário na compra e venda de ações no mercado financeiro.

Não foram transacionado valores no decorrer do período de 2013 (R\$ 5.048 em 2012).

- (g) PH Segurança Ltda. – Empresa que atua no mercado de prestação de serviços de segurança pessoal, patrimonial e empresarial.

Não há saldo em aberto com esta parte relacionada em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012. O valor dos serviços contratados que impactaram o resultado em 2013 foi de R\$ 1.752 (R\$ 400 em 2012).

- (h) Pague Menos Gerenciadora de Serviços Ltda. – Opera como correspondente bancário, em unidades próprias ou de terceiros, na forma como disciplinada pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e regulamentada pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Em 2013, foi transacionado o montante de R\$ 188 (R\$ 857 em 2012).

- (i) Francisco Deusmar de Queirós – Principal acionista da Companhia com 70% de controle do capital societário.

Em 2013, foi transacionado no ativo o montante líquido de R\$ 6.070 (R\$ 5.123 em 2012) de transações de adiantamentos entre esta parte relacionada e a Companhia.

- (j) ePharma PBM do Brasil S.A. - Programa de Benefícios de Medicina da Saúde - Tem como objetivo principal o desenvolvimento e a comercialização de serviços de gestão de assistência farmacêutica e de saúde, provendo conhecimento e ferramentas tecnológicas para a sua implantação e operação. O principal negócio da Sociedade é representado pelo gerenciamento de programas de benefícios de medicamentos.

Notas Explicativas

Em 2013, foi transacionado no resultado o montante de R\$ 528 (R\$ 448 em 2012).

As operações de adiantamentos entre as partes relacionadas não preveem cláusulas de atualizações (juros e atualização monetária) e não possuem prazos de vencimentos.

As entidades listadas abaixo são consideradas partes relacionadas pela Companhia por atenderem aos critérios previstos no CPC 05 (IAS 24), porém, não possuíram transações no exercício:

Giss do Brasil S.A.;
 Fundação Educacional Deusmar Queirós;
 Renda Corretora de Mercadorias SC Ltda.;
 Construtora Boa Terra Ltda.;
 Renda Florestal Ltda.;
 Edson de Arruda Câmara Junior ME.;
 Praxis Consultoria Ltda; e
 Ponte & Caminha Consultoria Ltda.

A remuneração total dos administradores totalizou R\$ 263, no período findo em 31 de março de 2013 (R\$ 263 em 31 de março de 2012) e está relacionada apenas a benefícios de curto prazo.

A Companhia não possui política de Benefícios pós-emprego (previdência privada) e remuneração baseada em ações.

b. Garantias, avais e fianças com partes relacionadas

A Companhia possui ainda transações com partes relacionadas em que as pessoas físicas dos acionistas e as jurídicas prestam fiança, aval ou garantia em contratos conforme segue:

Parte relacionada	Saldo existente
Francisco Deusmar de Queirós	104.234
Garantidor	104.234
Francisco Deusmar de Queirós e cônjuge	11.576
Aval	11.576
Francisco Deusmar de Queirós e cônjuge/ Josué Ubiranilson Alves e cônjuge	7.067
Aval	7.067
Dupar Participações S.A.	35.566
Aval	28.499
Garantidora	7.067
Renda Participações S.A.	7.067
Garantidora	7.067

As partes relacionadas Dupar Participações S.A. e Renda Participações S.A. são garantidoras da Companhia no contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste referente nº 16.2008.12524.2938 apresentado na Nota Explicativa nº 15 em virtude da posse dos imóveis listados nesta nota explicativa e alienados no referido contrato de financiamento não pertecerem à Companhia.

Notas Explicativas

12 Imobilizado

	Beneficiários em imóveis de terceiros	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Aeronave	Equipamentos de informática	Obras em andamento	Adiantamento a fornecedores	Total
Custo										
Saldos em 1º de janeiro de 2012	116.723	12.808	18.018	11.367	3.699	13.095	23.501	9.286	5.622	214.119
Adições	39.869	2.780	10.261	3.387	674	-	7.471	24.527	20.345	109.314
Capitalização de juros (CPC 20)	1.324	-	-	-	-	-	-	-	-	1.324
Transferências	8.562	(16)	654	16	-	-	(631)	(8.585)	-	-
Baixas	-	(5)	(1)	-	(215)	-	(1)	-	-	(222)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	166.478	15.567	28.932	14.770	4.158	13.095	30.340	25.228	25.967	324.535
Adições	5.333	768	628	481	-	-	26	11.962	-	19.198
Capitalização de juros (CPC 20)	715	-	-	-	-	-	-	-	-	715
Transferências	2.019	29	162	95	-	-	-	(2.305)	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.436)	(6.436)
Saldos em 31 de março de 2013	174.545	16.364	29.722	15.346	4.158	13.095	30.366	34.885	19.531	338.012
Taxas de depreciação	10% a 20% a.a.	10% a.a.	10% a.a.	10% a.a.	20% a.a.	6,66% a.a.	20% a.a.	-	-	-
Depreciação										
Saldos em 1º de janeiro de 2012	(33.501)	(5.490)	(5.437)	(2.718)	(2.436)	(724)	(13.056)	-	-	(63.362)
Depreciação no período	(24.333)	(1.133)	(2.342)	(1.234)	(463)	(873)	(3.270)	-	-	(33.648)
Custo atribuído (CPC 27)	(137)	-	-	-	-	-	-	-	-	(137)
Capitalização de juros (CPC 20)	(463)	-	-	-	-	-	-	-	-	(463)
Transferências	5	4	(131)	(4)	-	-	126	-	-	-
Estornos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	191	-	-	-	-	191
Saldos em 31 de dezembro de 2012	(58.429)	(6.619)	(7.910)	(3.956)	(2.708)	(1.597)	(16.200)	-	-	(97.419)
Depreciação no período	(7.423)	(312)	(716)	(344)	(125)	(218)	(845)	-	-	(9.983)
Custo atribuído (CPC 27)	(34)	-	-	-	-	-	-	-	-	(34)
Capitalização de juros (CPC 20)	(137)	-	-	-	-	-	-	-	-	(137)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estornos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2013	(66.023)	(6.931)	(8.626)	(4.300)	(2.833)	(1.815)	(17.045)	-	-	(107.573)
Valor contábil líquido										
Em 31 de dezembro de 2012	108.049	8.948	21.022	10.814	1.450	11.498	14.140	25.228	25.967	227.116
Em 31 de março de 2013	108.522	9.433	21.096	11.046	1.325	11.280	13.321	34.885	19.531	230.439

Notas Explicativas

As adições ao imobilizado no período referem-se às aquisições de ativos operacionais, benfeitorias em imóveis de terceiros para expansão das atividades com a construção de novas lojas, modernização da central de distribuição e das instalações das lojas já existentes e investimentos em equipamentos de informática.

Em 30 de junho de 2011, por meio de contrato de compra e venda de imóveis entre a Companhia e sua parte relacionada, Dupar Participações S.A., foram vendidos, pelo valor contábil, os 130 imóveis de uso na atividade operacional, os quais totalizavam R\$ 44.741. Estes imóveis vendidos, anteriormente registrados no ativo imobilizado, não contemplam os 45 imóveis igualmente vendidos à Dupar Participações S.A. e, anteriormente, registrados como Propriedades para investimentos. Este valor foi desconsiderado na Demonstração do fluxo de caixa por não impactar o saldo de caixa.

O saldo dos bens mantidos no ativo imobilizado, totalmente depreciados, é formado substancialmente pela depreciação das benfeitorias em imóveis de terceiros as quais foram depreciadas pelo prazo de contrato do imóvel, que, em média, é de 5 anos. A Companhia não possui ativo imobilizado temporariamente ocioso.

Não existem transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa e que estejam registradas na Demonstração do fluxo de caixa, exceto pela transação já mencionada acima.

a. Custo atribuído

Os valores justos utilizados na adoção do custo atribuído foram estimados por três especialistas com experiência e competência profissional, objetividade e conhecimento técnico dos bens avaliados. Para realizarem este trabalho, os especialistas consideraram informações a respeito da utilização dos bens avaliados e do ambiente econômico em que operam, considerando o planejamento e outras peculiaridades dos negócios da Companhia. Como parte da adoção do custo atribuído, a Administração avaliou as classes de terrenos e edificações do ativo imobilizado para fins de adoção do custo atribuído em 1º de janeiro de 2009. Adicionalmente, foi realizada a revisão da vida útil estimada e do valor residual.

O relatório de avaliação gerado pelos especialistas, datado de 31 de dezembro de 2010, foi aprovado pela Diretoria e em comum acordo com os acionistas da Companhia, conforme requerido pelo estatuto social.

A Companhia vem calculando a depreciação sobre o montante agregado contabilizado como custo atribuído mensalmente, conforme quadro anteriormente apresentado. No período findo em 31 de março de 2013, o efeito da depreciação da parcela do custo atribuído foi de R\$ 34 (R\$ 34 em 31 de março e 2012). O maior efeito do custo atribuído foi sobre terrenos e, portanto, sem efeito de depreciação.

b. Imobilizado em construção

A Companhia possui estabelecimentos (lojas) em construção, sendo 40 lojas e 1 centro de distribuição em 31 de março de 2013 (40 lojas e 1 centro de distribuição em 31 de dezembro de 2012). O saldo dos custos incorridos com lojas em construção até a data da demonstração financeira totalizavam R\$ 34.885 em 31 de março de 2013 (R\$ 25.228 em 31 de dezembro de 2012). Tais montantes incluem os custos de empréstimos capitalizados.

Foram capitalizados os custos dos empréstimos no montante de R\$ 715 em 2013 (R\$ 199 em 2012). Esses custos foram apurados utilizando-se a taxa média entre 8,94% a 9,17% a.a. referente aos contratos de financiamentos utilizados na construção dos estabelecimentos da Companhia.

c. Provisão para redução no valor recuperável (*impairment*)

Os ativos da Companhia estão contabilizados por valores que não superam seus valores recuperáveis, inexistindo a necessidade do reconhecimento da desvalorização por meio da constituição da provisão para perdas. Para assegurar-se de que seus ativos não estão contabilizados por valor superior ao de recuperação pelo uso ou venda, a Companhia toma por base análises sobre os fatores externos e internos previstos no CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativo.

Após a avaliação dos fatores externos ou internos, a Companhia não indicou a necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos.

Notas Explicativas

13 Intangível

	Vida útil indefinida	Vida útil definida			Total
	Marcas e patentes	Fundo de comércio (*) (Key money)	Softwares	Desenvolvimento de websites	
Custo					
Saldo em 1º de janeiro de 2012	<u>4.195</u>	<u>5.552</u>	<u>4.548</u>	<u>36</u>	<u>14.331</u>
Adições	-	2.820	2.596	33	5.449
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>4.195</u>	<u>8.372</u>	<u>7.144</u>	<u>69</u>	<u>19.780</u>
Adições	-	100	1.120	-	1.220
Saldo em 31 de março de 2013	<u>4.195</u>	<u>8.472</u>	<u>8.264</u>	<u>69</u>	<u>21.000</u>
Amortização					
Taxas anuais de amortização	-	(*)	20%	10%	-
Saldo em 1º de janeiro de 2012	-	(710)	(848)	-	(1.558)
Amortização	-	(816)	(1.179)	(1)	(1.996)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-	(1.526)	(2.027)	(1)	(3.554)
Amortização	-	(229)	(385)	(1)	(614)
Saldo em 31 de março de 2013	-	(1.754)	(2.412)	(2)	(4.168)
Valor contábil líquido					
Em 31 de dezembro de 2012	<u>4.195</u>	<u>6.846</u>	<u>5.117</u>	<u>68</u>	<u>16.226</u>
Em 31 de março de 2013	<u>4.195</u>	<u>6.717</u>	<u>5.853</u>	<u>67</u>	<u>16.832</u>

(*) A amortização do fundo de comércio (Key money) é calculada pelo prazo de vigência de cada contrato de aluguel das lojas, os quais possuem uma média de 60 meses (5 anos).

Não existem transações de aquisições e baixas no ativo intangível que não envolveram caixa e que estejam registradas na Demonstração do fluxo de caixa.

A amortização mensal dos ativos intangíveis, com vida útil definida, é registrada em contrapartida do resultado no grupo de Despesas administrativas e gerais.

Fundo de comércio (Key money)

Fundo de comércio (Key money) compreende cessão de pontos comerciais adquiridos na contratação de locação de lojas, que são demonstrados a valor de custo de aquisição e amortizados pelo método linear, e leva em consideração os prazos dos contratos de locação. As baixas dos fundos de comércio se dão por desativação de lojas, sendo seus efeitos registrados no resultado.

Marcas e patentes

A Companhia havia perdido o direito de utilização da marca “Pague Menos” no estado da Paraíba devido a uma disputa judicial. Em 30 de dezembro de 2010, por meio de contrato particular de compra e venda da marca “Pague Menos”, a Companhia adquiriu novamente o direito de utilização de sua marca naquele Estado.

Notas Explicativas

Desenvolvimento de *websites*

Representam gastos com a plataforma *e-commerce* (desenvolvimento de Infraestrutura tecnológica, conteúdo, aplicativos e *layout* gráfico dos sites) sendo amortizados de forma linear, considerando-se o prazo estipulado de utilização dos benefícios auferidos.

Teste de valor recuperável de marcas e patentes

A Companhia aplicou teste de recuperação do valor contábil do ativo intangível na conta Marcas e Patentes, baseado no seu valor em uso, com a utilização do modelo de fluxo de caixa descontado.

Importante ressaltar que o processo de estimativa do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e projeções sobre os fluxos de caixa futuros, taxas de crescimento e de desconto. Assim, as premissas do modelo tomaram por base as expectativas de crescimento da operação, aprovado pela Diretoria, seu desempenho histórico, bem como dados de mercado, representando, assim, a melhor estimativa da Administração acerca das condições econômicas que poderão prevalecer durante a vida útil econômica dos ativos que são responsáveis pela geração dos fluxos de caixa.

De acordo com as técnicas de avaliação da Companhia, a avaliação do valor em uso foi efetuada por um período de 5 anos e o modelo foi baseado nas seguintes premissas fundamentais aplicadas:

As receitas foram projetadas considerando-se um crescimento médio anual de 20% em função do desempenho histórico e das expectativas quanto ao desempenho futuro. Os custos e despesas operacionais foram projetados com base no desempenho histórico, e sua expectativa quanto à evolução dos custos das mercadorias no contexto do crescimento das vendas projetado. Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para suportar o crescimento das vendas. Os fluxos de caixas futuros estimados foram descontados a uma única taxa de desconto, a qual reflete o custo de oportunidade da Companhia (WACC).

Nesse processo de avaliação, o valor da marca obtido nos testes de recuperação do ativo intangível da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas, visto que o valor contábil dos ativos não excedeu seu valor estimado de uso na data da avaliação.

14 Fornecedores

a. Composição da conta

	2013	2012
Fornecedores	418.438	421.407
(-) Crédito por devoluções	<u>(185.727)</u>	<u>(159.785)</u>
	<u>232.711</u>	<u>261.622</u>

O efeito do ajuste a valor presente (AVP) foi de R\$ 6.414 em 31 de março de 2013 (R\$ 5.971 em 31 de dezembro de 2012), apresentado líquido no saldo de fornecedores.

Em atendimento ao CPC 12 (IAS 39), foi utilizada taxa média correspondente a 8,94% a.a. (9,17% a.a. em 31 de dezembro de 2012), considerando um prazo médio de pagamento de 50 a 88 dias, sendo este critério uniforme para o período findo em 31 março de 2013 e exercício findo de 2012.

Em atendimento à Deliberação nº. 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 12 (IAS 39), a Companhia realizou estudos para calcular os ajustes a valor presente de seus ativos e passivos, utilizando-se as taxas de juros acima citadas que refletem a natureza desses ativos no que tange ao prazo, risco, moeda, condição de recebimento prefixada ou pós-fixada.

A taxa utilizada para o desconto dos fluxos corresponde à Taxa Média Ponderada de Capital (WACC – *Weighted Average*

Notas Explicativas

Cost of Capital) da Companhia no período findo em 31 de março de 2013, que, por sua vez, é calculada através da ponderação do custo de capital de terceiros líquido e do capital próprio, este último, calculado através da metodologia *CAPM - Capital Asset Pricing Model* a qual considera a taxa livre de risco.

Os créditos por devoluções referem-se a negociações com os fornecedores relacionadas à troca e/ou retiradas de mercadorias, ou seja, os créditos por devoluções funcionam como notas de créditos.

b. Por vencimento (sem efeito do AVP)

	2013	2012
A vencer		
1 a 30 dias	179.965	182.207
31 a 60 dias	108.922	82.795
61 a 90 dias	37.596	40.584
Acima de 91 dias	85.977	110.803
Subtotal	<u>412.460</u>	<u>416.389</u>
Títulos contra-apresentação	<u>12.392</u>	<u>10.989</u>
Total	<u>424.852</u>	<u>427.378</u>

Os títulos contra-apresentação vencem apenas quando da venda das mercadorias a terceiros e não possuem incidência de encargos.

c. Concentração da carteira (sem efeito do AVP)

	<u>2013</u>		<u>2012</u>	
Fornecedores				
Maior fornecedor	70.315	17%	36.047	8%
do 2º ao 25º	222.530	52%	246.542	58%
do 26º ao 50º	57.140	13%	61.072	14%
Demais fornecedores	<u>74.867</u>	<u>18%</u>	<u>83.717</u>	<u>20%</u>
Total	<u>424.852</u>	<u>100%</u>	<u>427.378</u>	<u>100%</u>

15 Financiamentos e empréstimos

Os financiamentos e empréstimos são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja Nota Explicativa nº 26 – Instrumentos financeiros.

a. Composição da conta

Banco	Tipo	Index	Taxa de juros	2013	2012
Banco do Brasil	Capital de giro	CDI	1,82% a 2% a.a.	44.113	43.839
Banco do Brasil	Capital de giro	-	4,7% a 8,7% a.a.	3.183	3.352
Banco do Brasil	Finame	TJLP	3,4% a.a.	498	644
Banco do Brasil	Finame	-	4,5% a.a.	828	946
Banco do Brasil	Financiamento veículo	-	16,08% a.a.	106	117
Banco do Nordeste do Brasil	Capital de giro	-	10% a.a.	7.067	7.915
Santander Real	Compror	CDI	1,68% a 1,98% a.a.	9.788	11.182
Santander Real	Capital de giro	CDI	1,65% a 2,4% a.a.	30.287	34.998
Itaú	Capital de giro - <i>swap</i>	USD/CDI	1,75% a 2,3% a.a.	102.108	110.926
Itaú	Capital de giro	CDI	1,72% a 3,66% a.a.	73.721	85.065
Itaú	Garantida	CDI		4.871	4.876

Notas Explicativas

Banco	Tipo	Index	Taxa de juros	2013	2012
Bradesco	Capital de giro	CDI	1,55% a.a.	<u>8.095</u>	<u>-</u>
Total de financiamentos e empréstimos				<u>284.665</u>	<u>303.860</u>
Circulante				<u>125.766</u>	<u>101.860</u>
Não circulante				<u>158.899</u>	<u>202.000</u>

Os financiamentos e empréstimos estão apresentados líquidos dos valores de operações com derivativos ativos e passivos, os quais montavam respectivamente em R\$ 4.263 e R\$ 2.104 em 31 de março de 2013 (R\$ 5.991 e R\$ 1.267 em 31 de dezembro de 2012).

A Companhia não possui linhas de crédito obtidas e não utilizadas. Não existem transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa e que estejam registradas na Demonstração do fluxo de caixa.

Com o recursos provenientes da emissão de debêntures pela Companhia (ver Nota Explicativa nº 16), foram liquidados as operações com o Banco do Brasil Nos. 160400996, 160401401, 160400989, 160401249 e 160401032 respectivamente nos montantes de R\$ 95.527, R\$ 19.030, R\$ 5.337, R\$ 7.336 e R\$ 6.341.

b. Por moeda

	2013	2012
Em moeda nacional	182.557	192.934
Em moeda estrangeira - Dólar	<u>102.108</u>	<u>110.926</u>
Total	<u>284.665</u>	<u>303.860</u>

c. Cronograma de desembolso

	2013	2012
Vencimentos		
2013 (9meses)	72.263	101.860
2014 (3meses)	53.503	
2014	99.122	147.648
2015	58.473	53.471
Acima de 2015	<u>1.304</u>	<u>880</u>
Total	<u>284.665</u>	<u>303.860</u>

Os valores do saldo comparativo em 31 de dezembro de 2012 representam os 12 meses.

d. Garantias

Em garantia ao financiamento junto ao Banco do Nordeste referente ao contrato nº. 16.2008.12524.2938, foram oferecidos os imóveis a seguir mencionados de propriedade de suas partes relacionadas, Dupar Participações S.A. e Renda Participações S.A.. Esse contrato contempla uma cláusula de obrigatoriedade de constituição de um Fundo de liquidez, o qual deve ser mantido por toda a vigência do contrato, que se encerra em 2 de abril de 2015. Em 31 de março de 2013, o saldo do Fundo de liquidez perfaz o montante de R\$ 1.807 registrado no grupo de Outros investimentos, no ativo circulante, conforme Nota Explicativa nº 6.

Notas Explicativas

Apresentamos a seguir o detalhamento dos imóveis em 31 de março de 2013:

Proprietário	Bens em garantia	Número de matrícula	Data de matrícula	Valor
Dupar Participações S.A.	Rua Tenente Lisboa, 1620	3.977	28/08/2008	238
Renda Participações S.A.	Rua Senador Pompeu, 1520	49.593	23/08/1990	3.308
Dupar Participações S.A.	Av. Francisco Cordeiro, 300	4.927	18/10/2007	14.622
Renda Participações S.A.	Av. Dom Manuel, s/n	29.572	18/09/2008	780
Dupar Participações S.A.	Rua Juvêncio Barroso, s/n	462	25/01/2008	878
Dupar Participações S.A.	Rua Tenente Lisboa, s/n	11.617	25/01/2008	3.017
Renda Participações S.A.	Rua General Sampaio, 1501	36.686	12/06/1986	119
Renda Participações S.A.	Rua General Sampaio, 1485	38.239	06/10/1986	186
Renda Participações S.A.	Av. Dom Manuel, 1020	72.206	17/09/2008	2.764
Renda Participações S.A.	Rua General Sampaio, 1505	1.636	05/06/1986	112
Dupar Participações S.A.	Av. Francisco Sá, 6200	64.997	11/02/2000	<u>1.480</u>

Total de imóveis

27.504

A Companhia não possui os imóveis relacionados acima sob sua propriedade (vide Notas Explicativas nºs 11 e 12). Conforme contrato de compra e venda com sua parte relacionada Dupar Participações S.A., quando da transferência da propriedade dos bens para sua parte relacionada, esta passou a ser a fiadora desta garantia para a Companhia, sem a cobrança de valores.

Além das fianças, avais e/ou garantias prestadas pelas partes relacionadas pessoas físicas dos acionistas e as jurídicas, ainda foram dados outros tipos de garantias para os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia, conforme discriminado no quadro abaixo:

Banco/Garantia	Saldo existente
Banco do Brasil	48.621
Alienação fiduciária de bens	4.508
Penhor de direitos creditórios do Visa	44.113
Banco do Nordeste do Brasil	7.067
Alienação fiduciária de Imóveis	7.067
Itaú	73.641
Cessão fiduciária de direitos creditórios	73.641

e. Cláusulas restritivas

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizadas cláusulas restritivas a título de *covenants* operacionais, em alguns contratos de dívida. A Companhia está cumprindo as cláusulas restritivas.

16 Debêntures

Em 14 de maio de 2012 a Assembleia Geral Extraordinária – AGE da Companhia aprovou a 1ª emissão de debêntures simples no montante de R\$ 260.000 integralmente captados pelo Banco do Brasil S.A. em 18 de maio de 2012 e destinados a: i) alongamento do endividamento da Companhia; e ii) capital de giro.

a. Composição da conta

	2013		2012	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Principal e encargos	46.925	218.956	45.962	214.773

Notas Explicativas

b. Movimentação da conta

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2012	-	-	-
Ingressos	-	260.000	260.000
Custo de captação	(520)	(1.488)	(2.008)
Realização do custo de captação	310	-	310
Encargos	13.940	-	13.940
Amortizações de juros	(11.507)	-	(11.507)
Transferências	<u>43.739</u>	<u>(43.739)</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	45.962	214.773	260.735
Realização do custo de captação	124	-	124
Encargos	<u>839</u>	<u>4.183</u>	<u>5.022</u>
Saldo em 31 de março de 2013	<u>46.925</u>	<u>218.956</u>	<u>265.881</u>

c. Características da 1ª emissão de debêntures

Número da emissão:	1a emissão
Série:	Única
Data de emissão:	18/05/2012
Data de vencimento:	18/05/2016
Quantidade:	26 mil debêntures
Agente Fiduciário:	Pentágono S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Coordenador:	BB - Banco de Investimentos S.A.
Banco Mandatário:	Itaú Unibanco S.A.
Banco Escriturador:	Itaú Corretora de Valores S.A.
Montante de emissão:	R\$ 260.000
Espécie:	Quirografária
Tipo e forma:	Escritural e nominativa
Garantia:	Real e fidejussória
Conversibilidade:	Não conversíveis em ações
Juros:	100% CDI
Spread:	1,19% a.a.
Carência:	18 meses
Pagamento do principal:	Semestralmente, a partir da data de emissão, considerando o prazo de carência.
Pagamento da remuneração:	Semestralmente, a partir da data de emissão, sem carência.
Amortização programada do principal:	18 de novembro de 2013, 18 de maio de 2014, 18 de novembro de 2014, 18 de maio de 2015, 18 de novembro de 2015 e 18 de maio de 2016.
Amortização programada da remuneração:	18 de novembro de 2012, 18 de maio de 2013, 18 de novembro de 2013, 18 de maio de 2014, 18 de novembro de 2014, 18 de maio de 2015, 18 de novembro de 2015 e 18 de maio de 2016.

d. Garantias

Garantia real

Foi celebrado um "Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia" pelo qual a Companhia cederá fiduciariamente e transferirá, em caráter irrevogável e irretratável, em favor dos debenturistas, a totalidade do fluxo de recebíveis equivalentes a 25% (vinte e cinco por cento) sobre o saldo devedor das debêntures,

Notas Explicativas

decorrentes das vendas realizadas por meio de cartões com bandeira VISA devidos por clientes que tenham transitado na conta vinculada em cada período de apuração que equivale à três meses a contar do primeiro dia útil após o recebimento da debênture.

Garantia fidejussória

Foi celebrado uma fiança em nome do Sr. Francisco Deusmar de Queirós, obrigando-o como fiador e principal pagador, e solidariamente com a Companhia, responsável por todas as obrigações desta, responsável também pelo pagamento integral de todos e quaisquer valores principais e acessórios.

e. Cláusulas restritivas

A não observância pela Companhia dos índices e limites financeiros serão verificados trimestralmente pelo Agente fiduciário com base nas informações financeiras da Companhia divulgadas à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das debêntures. A Companhia está cumprindo as cláusulas restritivas.

17 Arrendamentos mercantis

a. Operacionais

Arrendamentos como arrendatário

Os arrendamentos operacionais não canceláveis serão liquidados do seguinte fluxo de pagamento:

Vencimentos	Valores
2013	66.836
2014	69.062
2015	54.550
2016	33.141
2017	18.405
Após 2017	<u>36.619</u>
	278.613
Terceiros	195.173
Partes relacionadas	<u>83.438</u>
Total	278.613

Em 31 de março de 2013, a Companhia possuía 668 contratos de arrendamento operacional, os quais se referem aos aluguéis de lojas e centros de distribuição, contratados junto a terceiros (436 contratos), incluindo os terrenos arrendados junto às suas partes relacionadas, Dupar Participações S.A. (216 contratos) e Renda Participações S.A. (16 contratos). Parte destes contratos referem-se à 399 lojas alugadas de terceiros, 189 lojas alugadas da Dupar Participações S.A. e 11 lojas alugadas da Renda Participações S.A todas já em funcionamento. E ainda, 2 centros de distribuição alugados da Dupar Participações S.A também em funcionamento.

Esses arrendamentos têm prazo de duração de 5 anos, com opção de renovação do arrendamento por igual período. Os pagamentos dos arrendamentos são reajustados periodicamente, de acordo com os aluguéis e práticas de mercado em que os imóveis estão situados.

A projeção dos aluguéis foi apresentada pelo valor presente dos fluxos de caixa dos valores fixos considerando a data de vencimento individual de cada contrato, com exceção para a parte relacionada, Dupar Participações S.A., para a qual foi considerado o valor fixo dos imóveis de R\$ 5 (ver explicação do cálculo de aluguéis na Nota Explicativa nº 11).

Para os contratos junto a terceiros utiliza-se o IGP-M projetado como taxa futura de desconto e, para as partes relacionadas

Notas Explicativas

a taxa de oportunidade da Companhia.

Os arrendamentos das lojas contemplam terrenos e edificações. O aluguel pago ao arrendador da edificação é ajustado de acordo com os preços de mercado (atualizados pelo IGP-M ou IPC), em intervalos regulares, e a Companhia não participa no valor residual da edificação; foi determinado que, basicamente, todos os riscos e benefícios das edificações são do arrendador. Diante do exposto, a Companhia, em sua melhor avaliação, concluiu que os arrendamentos são operacionais.

Foi reconhecido como despesa no resultado do primeiro trimestre de 2013 o montante de R\$ 21.577, referente aos arrendamentos operacionais (R\$ 17.974 no primeiro trimestre de 2012).

Nos termos dos contratos de aluguéis, o montante de R\$ 1.007 foi reconhecido como despesa de manutenção em 2012, referente aos arrendamentos operacionais (R\$ 857 em 2012).

18 Impostos e contribuições a recolher

	2013	2012
ICMS	31.075	25.279
IRPJ - Imposto de renda	2.761	-
CSLL - Contribuição social	1.458	144
IRRF	896	2.500
ISS	518	410
INSS	7.932	7.486
FGTS	1.785	2.419
Contribuição sindical - Empregados	1.120	387
Outros impostos contribuições a recolher	<u>309</u>	<u>226</u>
	<u>47.854</u>	<u>38.851</u>

A Companhia atua em diversos estados da federação e o ICMS a recolher é decorrente das apurações com base no regime normal e/ou substituição tributária aplicados em cada estado em que opera.

19 Provisão para contingências

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e seguindo critério de reconhecimento das provisões estabelecido pelo CPC 25 (IAS 37), que determina que uma provisão deve ser reconhecida quando: i) a entidade tiver uma obrigação presente decorrente de um evento passado; ii) for provável que os recursos sejam exigidos para liquidar tal obrigação; e iii) o montante da obrigação puder ser estimado com suficiente segurança.

No período findo em 31 de março de 2013 e exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia constituiu provisão para contingências mediante análises das demandas judiciais pendentes em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.

a. Composição da conta

Notas Explicativas

	2013	2012
Administrativas	451	572
Cíveis	942	962
Trabalhistas	<u>1.710</u>	<u>2.410</u>
	<u>3.103</u>	<u>3.944</u>

O saldo das contingências trabalhistas acima descritos são formados principalmente por causas cujos valores individuais são pulverizados e referem-se substancialmente a recursos de verbas rescisórias, horas extras, diferenças salariais, férias, FGTS e aviso prévio.

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia detinha demandas judiciais, classificadas por seus assessores jurídicos com risco de perda possível, no montante de R\$ 9.983 e R\$ 9.056, respectivamente, para as quais não foram constituídas provisões conforme estabelecem as práticas contábeis adotadas no Brasil.

b. Movimentação dos processos no exercício/período

2012	Saldo inicial		Reversão a provisão	Utilização da provisão	Transferência de saldos	Saldo final 31/12/12
	01/01/12	Adição a provisão				
Administrativas	71	214	(113)	-	400	572
Cíveis	507	687	(417)	-	185	962
Trabalhistas	3.629	2.423	(1.949)	(1.508)	(185)	2.410
Tributárias	<u>445</u>	<u>-</u>	<u>(45)</u>	<u>-</u>	<u>(400)</u>	<u>-</u>
	<u>4.652</u>	<u>3.324</u>	<u>(2.524)</u>	<u>(1.508)</u>	<u>-</u>	<u>3.944</u>
2013	Saldo inicial		Reversão a provisão	Utilização da provisão	Transferência de saldos	Saldo final 31/03/13
	01/01/13	Adição a provisão				
Administrativas	572	10	(131)		-	451
Cíveis	962	93	(113)		-	942
Trabalhistas	<u>2.410</u>	<u>485</u>	<u>(787)</u>	<u>(398)</u>	<u>-</u>	<u>1.710</u>
	<u>3.944</u>	<u>588</u>	<u>(1.031)</u>	<u>(398)</u>	<u>-</u>	<u>3.103</u>

20 Patrimônio líquido**a. Capital social**

O capital social autorizado, conforme reunião de Assembleia Geral Extraordinária – AGE, realizada em 4 de janeiro de 2007, era de 50.000.000 de ações ordinárias nominativas de valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

Em 1º de março de 2011, ocorreu o desdobramento da totalidade das ações ordinárias em que se divide o capital social da Companhia à proporção de um terço. Cada ação ordinária da Companhia passou a ser representada por 3 (três) ações após o desdobramento, mediante a distribuição gratuita de 2 (duas) novas ações para cada ação existente, sem aumento do valor do capital social.

Em 21 de junho de 2011, foi aprovada por unanimidade a proposta da Diretoria para aumento de capital social, sem aumento de número de ações, em R\$ 90.000, mediante a incorporação de parte do saldo existente a título de Reservas de lucros - Reserva de incentivos fiscais.

Em 18 de junho de 2012, conforme reunião de Assembleia Geral Extraordinária – AGE, ocorreu o desdobramento da

Notas Explicativas

totalidade das ações ordinárias em que se divide o capital social da Companhia à proporção de 2 (duas) para 1 (uma). Cada ação ordinária da Companhia passou a ser representada por 2 (ações) ações após o desdobramento, mediante a distribuição gratuita de 1 (uma) nova ação para cada ação existente, sem aumento do valor do capital social, passando o capital da Companhia ser representado por 300.000.000 (trezentos milhões) de ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Ainda em 18 de junho de 2012, na mesma reunião de Assembleia Geral Extraordinária – AGE, foi aprovada por unanimidade o aumento de capital social, sem aumento de número de ações, em R\$ 80.000, mediante a incorporação de parte do saldo existente a título de Reservas de lucros - Reserva de incentivos fiscais.

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 300.000.000 de ações ordinárias escriturais sem valor nominal, perfazendo um montante total de R\$ 220.000.

b. Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Para o exercício findo em 2012 e 2011, os montantes de R\$ 5.368 e R\$ 5.455 foram destinados para a constituição da reserva legal. Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o saldo de reserva legal é de R\$ 16.001 e R\$ 10.633.

Reserva de incentivo fiscal

É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimento recebidas pela Companhia, conforme detalhado em Nota Explicativa nº 22 - Subvenção governamental.

c. Ajuste de avaliação patrimonial

A reserva para ajuste de avaliação patrimonial inclui os ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição. Os valores registrados em ajuste de avaliação patrimonial são realizados em contrapartida da conta de lucros acumulados, integral ou parcialmente, quando da depreciação ou alienação dos ativos a que elas se referem.

O montante de realização no período de 2013 foi de R\$ 23 (R\$ 23 em 2012).

d. Remuneração aos acionistas (dividendos e juros sobre capital próprio)

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº. 6.404/76, bem como a possibilidade de crédito aos acionistas na forma de juros sobre capital próprio, com observância dos limites previstos em Lei. O montante dos juros sobre capital próprio será atribuído ao dividendo obrigatório.

Os dividendos referentes aos exercícios de 2012 e 2011 foram constituídos na forma de juros sobre capital próprio conforme previsto em estatuto social da Companhia.

A Companhia efetuou nos exercícios de 2012 e 2011 o cálculo dos juros sobre capital próprio de acordo com os limites estabelecidos pela Lei nº 9.249/95, e o montante creditado, por proposta do Conselho de Administração, para o exercício de 2012, foi de R\$ 13.294 (R\$ 8.748 em 2011), os quais ainda encontravam-se a pagar em 31 de março de 2013 (os juros sobre o capital próprio de 2011 foram pagos durante o exercício de 2012).

O valor correspondente foi contabilizado como despesa financeira para fins fiscais, porém, para fins societários e contábeis, os juros sobre capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado (dividendos) diretamente no patrimônio líquido, não afetando o resultado do exercício, nos termos da Deliberação CVM 207/96.

Notas Explicativas

Não há provisão adicional para complemento da remuneração aos acionistas (dividendos obrigatórios) nos exercícios findos em 2012 e 2011, bem como no trimestre findo em 31 de março de 2013. A distribuição de dividendos através dos juros sobre capital próprio já contempla o mínimo obrigatório, conforme demonstrado a seguir:

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	107.364	109.091
(-) Reserva legal	(5.368)	(5.455)
(-) Reserva de incentivo fiscal	(58.185)	(79.934)
(+) Realização do ajuste de avaliação patrimonial	<u>90</u>	<u>717</u>
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	43.901	24.419
Dividendos mínimos obrigatórios	25%	25%
Dividendo anual – mínimo obrigatório	10.975	6.105
Juros sobre capital próprio calculado	13.294	8.748
Juros sobre capital próprio – limite do mínimo obrigatório	10.975	6.105
Juros sobre capital próprio – excedente ao mínimo obrigatório	2.319	2.643
Dividendos adicionais propostos	30.607	15.671

A parcela do dividendo excedente ao mínimo obrigatório, incluindo o valor que foi calculado e distribuído sob a forma de juros sobre capital próprio, conforme demonstrado acima foi destinado para a reserva de dividendos adicionais propostos conforme preconizado pela Interpretação do Pronunciamento Contábil - ICPC 08. Esta reserva, cujo saldo em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 32.934 será deliberada pelos acionistas em Assembleia a ser realizada no exercício de 2013.

Não houve dividendos distribuídos antecipadamente para o exercício de 2012 e para o trimestre findo em 31 de março de 2013.

21 Lucro líquido por ação

Conforme Nota Explicativa nº 20 - Patrimônio líquido, em 18 de junho de 2012 ocorreu um desdobramento de ações na proporção de 1 para 2 cada (de 150.000.000 para 300.000.000 de ações). De acordo com os itens 64 e 65 do CPC 41 - Resultados por ação (IAS 33), o cálculo do resultado básico e diluído por ação deve ser ajustado para todos os períodos apresentados retrospectivamente, mesmo que essas alterações ocorram após a data do balanço, mas antes da autorização para emissão destas demonstrações financeiras. Portanto, o lucro por ação referente ao período comparativo foi apresentado em adequação a essa situação.

Lucro básico e diluído por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia no período findo em 31 de dezembro de 2012 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação neste período, comparativamente com o período findo em 31 de dezembro de 2012, conforme o quadro abaixo:

Média ponderada de ações (em milhares de ações)

	31/03/2013	Dias
Saldo em 31 de março de 2013	300.000	90
Média ponderada das ações em 31 de março de 2013	300.000	90
	31/03/2013	2012
Lucro atribuível aos acionistas	24.331	25.175
Quantidade média ponderada de ações durante o período (lote de mil)	300.000	150.000

Notas Explicativas

Resultado por ação básico e diluído- R\$ 0,08 0,17

22 Subvenção governamental

A Companhia possui um regime especial de tributação relativo à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações (ICMS), concedido pelo Estado do Ceará, que implica na redução do ICMS devido, ao próprio Estado do Ceará, por substituição tributária nas operações dentro do Estado. O referido regime tem como objetivo substituir o ressarcimento que é garantido por lei para as mercadorias vendidas em outros Estados e garante que seja recolhido o complemento de ICMS por uma carga líquida correspondente a 3,27%, 6% ou 8,5%, dependendo da alíquota dentro do Estado do Ceará aplicável à mercadoria (se 7%, 12% ou 17%, respectivamente).

Tais percentuais substituem os percentuais de carga líquida, normalmente aplicáveis, previstos nos artigos 546 a 548-H do Decreto Cearense nº. 24.569, de 31 de julho de 1997 (Regulamento do ICMS do Estado do Ceará), que são os seguintes: (i) de 2,7%, 4,7% ou 6,8%, dependendo da origem, para as mercadorias sujeitas à alíquota de 7%; (ii) de 4,6%, 8,1% ou 11,6%, dependendo da origem, para as mercadorias sujeitas à alíquota de 12%; e (iii) de 6,5%, 11,5% ou 16,5%, também a depender da origem, para as mercadorias sujeitas à alíquota de 17%.

A Companhia tem cumprido as exigências básicas voltadas ao Termo de Acordo de Regime Especial de Tributação, que basicamente são aumento do volume de arrecadação do ICMS, incremento da geração de emprego, aquisição de ativo imobilizado, abertura de novas lojas e a observância quanto às vedações ao ressarcimento previsto no referido Termo de Acordo. Esses itens dependem basicamente da atuação da Companhia, os quais vêm sendo atingidos. Esse Regime Especial de Tributação tratado como subvenção governamental é reconhecido no resultado como redutor do custo das mercadorias vendidas.

Esta subvenção vem sendo concedida ao longo dos últimos 7 anos e sua última prorrogação foi em 16 de março de 2012, com vigência até 31 de maio de 2013. A Companhia apurou o montante de R\$ 14.763 de subvenções governamentais no período findo em 31 de março de 2013 (R\$ 13.667 no período findo em 31 de março de 2012).

A Administração já está em processo de renovação desta subvenção por igual período, não havendo qualquer perspectiva de que a mesma não seja concedida.

23 Receita operacional líquida

A receita da Companhia engloba o comércio varejista de medicamentos, perfumaria, produtos de higiene pessoal e de beleza, cosméticos e dermocosméticos e, como atividade secundária, o recebimento de contas como correspondente bancário. Abaixo, apresentamos a formação da Receita operacional líquida:

	2013	2012
Receita operacional bruta	837.028	797.558
Venda de mercadoria	835.821	794.255
Serviços prestados	1.207	3.303
Deduções	(28.682)	(26.914)
Impostos sobre vendas	(22.709)	(20.799)
Devoluções e abatimentos	(5.974)	(6.115)
Receita operacional líquida	808.345	770.644

24 Despesas com vendas, administrativas e gerais

	2013	2012
Despesas com vendas		
Veiculação, publicidade e produção	(6.361)	(4.985)

Notas Explicativas

Patrocínio, shows, eventos, premiações e Dotz	(1.087)	(880)
Taxas de administração de operadoras de cartões de crédito	<u>(9.253)</u>	<u>(8.737)</u>
Subtotal	<u>(16.701)</u>	<u>(14.602)</u>
Despesas administrativas e gerais		
Despesas com pessoal	(102.912)	(92.725)
Despesas com ocupação	(32.540)	(25.999)
Despesas com utilidades e serviços	(10.071)	(9.196)
Impostos, taxas e contribuições	(4.270)	(2.982)
Despesas gerais	<u>(23.779)</u>	<u>(18.082)</u>
Subtotal	<u>(173.572)</u>	<u>(148.984)</u>
Total	<u>(190.273)</u>	<u>(163.586)</u>

Até 31 de dezembro de 2012, em conformidade com o CPC 8 (R1) (IAS 39) - Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários, a Companhia capitalizou os gastos no total de R\$ 4.754, relacionados à oferta pública de ações, compondo o maior valor do saldo da conta de pagamentos antecipados no ativo circulante, que também é formado por outros pagamentos antecipados. Até 31 de março de 2013 foi capitalizado R\$ 237 (R\$ 2.622 até 31 de dezembro de 2012) .

25 Receitas e despesas financeiras

	2013	2012
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	501	44
Receitas com operações de <i>swap</i>	2.072	405
Variação cambial	3.714	2.151
Juros sobre capital próprio	-	4
Atualização monetária ativa	194	-
Outros juros	<u>5</u>	<u>17</u>
Total de receita financeira	<u>6.486</u>	<u>2.621</u>
Despesas financeiras		
Juros	(11.564)	(7.710)
Despesas com operações de <i>swap</i>	(4.574)	(1.782)
Juros de parcelamentos de impostos	-	(20)
Outros juros	-	(294)
Comissões e despesas bancárias	(127)	(280)
IOF	(167)	(1.303)
Ajustes a valores presentes	(8.038)	(10.885)
Variação cambial	(1.878)	(2.854)
Descontos concedidos	<u>(7)</u>	<u>(2)</u>
Total de despesa financeira	<u>(26.355)</u>	<u>(25.130)</u>
Resultado financeiro	<u>(19.869)</u>	<u>(22.509)</u>

Os valores de R\$ 11.495 e R\$ 9.013 em 31 de março de 2013 e 2012, respectivamente, são apresentados na Demonstração do fluxo de caixa e referem-se à juros de Empréstimos e financiamentos e Debêntures, estes saldos compõem o valor acima apresentado na linha de Juros, como Despesas financeiras.

26 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

A Companhia possui instrumentos financeiros, sendo eles: aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e financiamentos e empréstimos. Também fazem parte da carteira de instrumentos financeiros as operações com derivativos.

Notas Explicativas

Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

Risco de crédito;
Risco de liquidez;
Risco de mercado;

Estrutura de gerenciamento de risco

O Conselho de Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da Companhia de estrutura de gerenciamento de risco.

O gerenciamento desses instrumentos é efetuado por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de treinamento e procedimentos de gestão, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros estabelecidos em seus contratos de financiamento (cláusulas restritivas).

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrente de falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

Exposição a riscos de crédito

A Administração entende que a Companhia possui risco baixo de crédito, pois sua carteira de clientes é composta de consumidores finais e não possui nenhum cliente que exceda o limite de 10% de suas receitas e as suas vendas são efetuadas à vista, portanto, sem risco, bem como sua política de investimento em outras Companhias representa uma parcela insignificante.

Considerando o eventual risco decorrente do repasse das administradoras dos cartões de crédito, este é controlado diariamente através de um processo rigoroso de conferências entre o faturamento e o recebimento. A Companhia atualmente trabalha com administradoras de cartões de primeira linha, logo, entende que o seu risco é baixo, além de que estas assumem total responsabilidade pelo repasse dos créditos.

A Companhia limita sua exposição a riscos de crédito ao investir apenas em títulos líquidos e apenas em instituições financeiras de grande porte e de primeira linha. A Administração monitora ativamente as classificações de créditos e, uma vez que a Companhia tenha investido apenas em títulos com classificações altas de crédito, a Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações, portanto, considera o risco de crédito insignificante.

Quanto aos recebíveis de adiantamento a partes relacionadas, a Companhia entende que possui um baixo risco de crédito em virtude da composição acionária ser idêntica nas Companhias as quais compõem o montante em risco e, tais valores, serão compensados com arrendamentos operacionais de imóveis (para maiores explicações ver Nota Explicativa nº 11).

Notas Explicativas

Contas a receber de clientes

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito foi:

	2013	2012
Contas a receber de clientes	<u>128.324</u>	<u>133.739</u>
	<u>128.324</u>	<u>133.739</u>

A exposição máxima ao risco de crédito para empréstimos e recebíveis em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 por tipo de contraparte foi:

	2013	2012
Cartões de crédito	113.598	120.076
Convênios	14.016	12.826
Comissões	710	837
	<u>128.324</u>	<u>133.739</u>

	2013	2012
A vencer		
1 a 30 dias	67.507	76.949
31 a 60 dias	26.089	24.384
61 a 90 dias	13.192	10.176
Acima de 90 dias	<u>6.810</u>	<u>8.567</u>
Total	<u>113.598</u>	<u>120.076</u>

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, não existem saldos vencidos decorrentes de contas a receber de clientes. A Companhia entende que não há necessidade de constituição de perda por redução ao valor recuperável adicional.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detinha caixa e equivalentes de caixa de R\$ 88.492 em 31 março de 2013 (R\$ 98.933 em 31 de dezembro de 2012), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos junto a instituições financeiras de primeira linha, os quais possuem *ratings* classificados pela agência Fitch entre AA+ e AAA.:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia utiliza o custeio baseado em atividades para precificar suas mercadorias e serviços, que auxilia no monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Companhia faz um acompanhamento minucioso do nosso fluxo de caixa através de testes de estresses diários, o que permite não só o cumprimento das obrigações financeiras, bem como a realização de operações de curto prazo no mercado financeiro, rentabilizando assim nossas sobras de caixa.

Notas Explicativas

As maturidades contratuais dos principais instrumentos financeiros, incluindo eventuais juros reconhecidos os quais refletem valores contratuais dos passivos financeiros nas datas-base findas em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, ou seja, representam os valores futuros não descontados associados com as faixas de vencimento destes passivo e são demonstrados a seguir:

Em 31 de março de 2013	Valor contábil	1 ano ou menos	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	88.492	88.492	-	-	-
Contas a receber de clientes (nota 7)	128.324	128.324	-	-	-
Fornecedores sem efeito do AVP (nota 14)	424.852	424.852	-	-	-
Financiamentos e empréstimos (nota 15)	284.665	125.766	99.122	59.750	26
Debêntures (nota 16)	265.881	46.925	87.583	131.374	-

Em 31 de dezembro de 2012	Valor contábil	1 ano ou menos	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	98.933	98.933	-	-	-
Contas a receber de clientes (nota 7)	133.739	133.739	-	-	-
Fornecedores sem efeito do AVP (nota 14)	427.378	427.378	-	-	-
Financiamentos e empréstimos (nota 15)	303.860	101.860	147.648	54.325	27
Debêntures (nota 16)	260.735	43.280	86.695	130.490	-

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e aumento nos preços das mercadorias, tenham impacto nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração entende que, no contexto da Companhia, o risco de mercado que se aplica refere-se ao risco relacionado à taxa de juros e de câmbio, já que o risco relacionado ao aumento dos preços das mercadorias junto aos fornecedores e laboratórios está mitigado, pois a situação é controlada pela Câmara de regulação do mercado de medicamentos - CMED, ou seja, o aumento de preços ocorre apenas anualmente.

A Companhia adota uma política de balancear suas transações atreladas a taxas de juros fixas e variáveis nos seus contratos de empréstimos, para que não haja uma exposição significativa. Os empréstimos e financiamentos atrelados a taxas de juros variáveis e aos *swaps* são monitorados através de análises de sensibilidades.

Risco cambial

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a sofrer variações cambiais significativas, em função de obrigações denominadas em dólar que resultaram na iniciativa de a Companhia adotar, como ferramenta de gerenciamento de riscos, uso de operações com instrumentos financeiros derivativos, sendo o *swap* o principal e único tipo de instrumento usado como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio. Portanto, em análise a operações com derivativos, a Companhia fica sujeita ao risco da baixa do dólar, em virtude de ter trocado a sua ponta passiva por CDI. O dólar encerrou o período em 31 de março de 2013 com a variação negativa de 1,45% em relação à última cotação do exercício de 2012.

Os saldos do efeito do *swap* atrelado ao dólar são demonstrados a seguir:

Moeda dólar	2013	2012
Ativos em moeda estrangeira (a)	4.263	5.991
Passivos em moeda estrangeira (b)	<u>(2.104)</u>	<u>(1.267)</u>
<i>Exposição líquida ao risco de câmbio (a-b)</i>	<u>2.159</u>	<u>4.724</u>

Notas Explicativas

Para fins de atendimento à Deliberação CVM nº. 475, de 17 de outubro de 2008, dada a exposição do risco de oscilação da cotação, a Companhia apresenta abaixo três cenários de variação do dólar (ponta ativa) e os respectivos resultados futuros que seriam gerados a partir da posição de 31 de dezembro de 2012, que utiliza o dólar PTAX médio de R\$ 2,0138. São eles: (i) cenário provável e que é adotado pela Companhia; (ii) cenário possível: conforme determina a deliberação da CVM, o cenário é construído considerando uma baixa de 25% (na ponta ativa) partindo da cotação do dólar futuro; e (iii) cenário remoto: ainda de acordo com a norma da CVM, neste cenário a cotação do dólar futuro é rebaixada em 50% da utilizada no cenário provável.

Análise de sensibilidade

Em 31 de março de 2013:

Abaixo demonstramos a variação da exposição líquida no valor de US\$ 2.159 conforme os cenários demonstrados em tabela.

Transação	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Exposição dos efeitos do <i>swap</i>	Baixa do US\$	-	(20.493)	(45.304)

Em 31 de dezembro de 2012:

Abaixo demonstramos a variação da exposição líquida no valor de US\$ 4.724 conforme os cenários demonstrados em tabela.

Transação	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Exposição dos efeitos do <i>swap</i>	Baixa do US\$	-	(18.514)	(46.477)

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas, e em determinadas circunstâncias são efetuadas operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações.

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia, atreladas ao CDI. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em dois cenários além do provável.

Apresentamos um cenário com taxas nominais verificadas em 31 de março de 2013 (saldo contábil tendo por base o CDI de 1,61% acumulado três meses) e o cenário provável considerado pela Administração, que corresponde à projeção entre abr/13 e abr/18 do CDI considerando o período base de 31 de março de 2013, de acordo com a curva de juros da BM&F (entre 7,01% a.a. e 9,64% para o CDI) e ainda mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) dos indexadores.

Análise de sensibilidade

A seguir, demonstramos os efeitos no resultado em função das apreciações em 31 de março de 2013:

Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo contábil	Cenário provável	Cenário I 25%	Cenário II 50%
CDI					
Financiamentos e empréstimos	Alta do CDI	(182.556)	10.825	14.228	17.631
Financiamentos e empréstimos (com <i>swap</i>)	Alta do CDI	(102.109)	6.751	8.849	10.948

Notas Explicativas

Debênture	Alta do CDI	(265.881)	18.683	24.424	30.164
Aplicações financeiras e TVM	Baixa do CDI	67.448	4.155	5.465	6.775

A seguir, demonstramos, comparativamente, os efeitos no resultado em função das apreciações em 31 de dezembro de 2012:

Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo contábil	Cenário provável	Cenário I 25%	Cenário II 50%
CDI					
Financiamentos e empréstimos	Alta do CDI	(179.852)	2.212	(998)	(4.209)
Financiamentos e empréstimos (com <i>swap</i>)	Alta do CDI	(110.926)	1.364	(616)	(2.596)
Debênture	Alta do CDI	(260.737)	3.207	(1.447)	(6.101)
Aplicações financeiras e TVM	Baixa do CDI	76.846	(945)	(2.317)	(3.689)

Pelas análises efetuadas, a Companhia apuraria uma despesa nos cenários Provável, I e II.

A Companhia não sensibiliza a exposição da dívida em TJLP por considerar que as análises de sensibilidades não são representativas. O saldo da dívida exposto em TJLP é de R\$ 498 em 31 de março de 2013 (R\$ 644 em 31 de dezembro de 2012). A administração não utiliza este saldo para administrar os riscos financeiros da Companhia.

Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora o retorno sobre o capital, que foi definido como os resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para seus acionistas. A Administração não possui planos relacionados à remuneração de seus empregados por meio de pagamento baseado em ações ou opções.

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Não houve alterações na abordagem da Companhia à administração de capital durante o exercício. A Companhia não está sujeita às exigências externas de capital.

Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 estão identificados a seguir:

Descrição	2013		2012	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalente de caixa	88.492	88.492	98.933	98.933
Arrecadação de recursos de terceiros	9.962	9.962	14.562	14.562
Contas a receber de clientes	128.324	128.324	133.739	133.739
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Fornecedores	(232.711)	(232.711)	(261.622)	(261.622)
Financiamentos e empréstimos	(284.665)	(280.543)	(303.860)	(316.430)
Debêntures	(265.881)	(258.938)	(260.735)	(269.430)
Valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros derivativos (perda)/ganho	2.159	2.159	946	946

Crítérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos (*fair value*)

Caixa e equivalentes de caixa

São classificados como ativos financeiros com alta liquidez e são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos são mensurados

Notas Explicativas

pelo custo amortizado que são obtidos com base nas cotações divulgadas pelos administradores. O valor justo reflete o valor registrado no balanço patrimonial.

Arrecadação de recursos de terceiros

Correspondem aos valores recebidos na atividade de correspondente bancário, em que a Companhia recebe o valor das contas pagas por consumidores, em nossa rede de farmácias, que precisam ser repassadas para o titular do direito, em média, em 3 dias. Estima-se que o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo, dado o curtíssimo prazo das operações realizadas.

Contas a receber de clientes

Decorrem diretamente das operações da Companhia e estão registradas pelos seus valores originais, sujeitos a perda por redução ao valor recuperável e ajuste a valor presente, quando aplicável. Estima-se que o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo, dado o curto prazo das operações realizadas.

Fornecedores

Decorrem diretamente das operações da Companhia, são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço patrimonial, bem como ajustados a valor presente. A Administração entende que o valor contábil não diverge substancialmente do valor justo.

Financiamentos e empréstimos

Os valores dos financiamentos atrelados à TJLP e ao CDI aproximam-se dos valores de exigibilidade registrados nas informações contábeis intermediárias em virtude dessas taxas serem pós-fixadas, mesmo considerando os casos onde há uma taxa fixa adicional.

O valor justo foi determinado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa média de CDI futuro, correspondente a todos os empréstimos, vencíveis entre 2013 e 2018, apurados na data de apresentação dessas informações contábeis intermediárias.

Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;

Nível 2 - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);

Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Em 31 de março de 2013:

Descrição	2013		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Aplicações financeiras	-	67.448)	-
Empréstimos e financiamentos	-	(284.665)	-
Debêntures	-	(265.881)	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	2.159	-

Em 31 de dezembro de 2012:

Notas Explicativas

Descrição	2012		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Aplicações financeiras	-	75.070	-
Empréstimos e financiamentos	-	(303.860)	-
Debêntures	-	(260.735)	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	946	-

Os ganhos ou perdas totais dos instrumentos financeiros derivativos classificados no nível 2, para o período findo em 31 de março de 2013, foram reconhecidos no resultado do período e estão apresentados na demonstração de resultado, nas contas de receitas e despesas com operações de *swap*, para passivos mantidos na data dessas informações contábeis intermediárias (vide Nota Explicativa nº 25). Não houve transferências entre os níveis para os períodos apresentados.

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com *swap* estão impactando o grupo de Financiamentos e empréstimos (vide Nota Explicativa nº 15) com seus efeitos registrados nas receitas e despesas financeiras (vide Nota Explicativa nº 25).

Swap 1 (Citibank)

Tinha por objetivo proteger o risco de câmbio. Basicamente, a Companhia realizou *swap* de suas obrigações indexadas ao dólar, no qual recebia juros de 3,76% a.a. sobre o valor nominal em dólar (ponta ativa) e pagava 2,52% de taxa mais o Certificado de Depósito Interbancário - CDI sobre o valor de referência em reais na data da contratação (ponta passiva). Não há mais saldo de referência destes *swaps* em 31 de março de 2013. Os ganhos e perdas deste contrato estão diretamente relacionados às oscilações de câmbio (dólar) e do CDI e são registrados no resultado do período. Não houve efeito no período findo em 2013 (R\$ 313 de efeito negativo em 31 de março de 2012).

Em 31 de março de 2012, a posição desses contratos é a seguinte:

Data de vencimento	Contrapartes	Valor de referência Em US\$ 31/03/12	Valor de referência Em R\$ 31/03/12	Valorização 2012		Em R\$ Valor justo
				Em R\$ Posição ativa	Em R\$ Posição passiva	
23/05/2012	Citibank	1.250	2.278	2.300	2.197	103

Swap 2 (Santander)

Tinha por objetivo proteger o risco de juros. Basicamente, a Companhia realizou *swaps* de suas obrigações indexadas com juros fixos de 13,39% e 13,78% a.a. sobre o valor nominal em reais (ponta ativa) para juros de 2,4% a.a. mais a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI sobre o mesmo valor de referência em reais na data da contratação (ponta passiva). Não há mais saldo de referência destes *swaps* em 31 de março de 2013. Os ganhos e perdas destes contratos estão diretamente relacionados às oscilações de taxa fixa e do CDI, e são registrados no resultado do exercício. Não houve efeito no período findo em 2013 (R\$ 3 efeito positivo em 31 de março de 2012).

Em 31 de março de 2012, a posição desses contratos é a seguinte:

Data de vencimento	Contrapartes	Valor de referência R\$ 31/03/2012	Valorização 2012 R\$		Valor justo
			Posição ativa	Posição passiva	
17/07/2012	Santander	1.856	1.863	1.863	-
10/09/2012	Santander	4.737	4.772	4.769	3

Notas Explicativas

Total

3

Swap 3 (Itaú)

Têm por objetivo proteger o risco de câmbio. Basicamente, a Companhia realizou *swaps* de suas obrigações indexadas ao dólar, nos quais recebe juros variáveis de 4,15% a.a., 4,15% a.a., 4,84% a.a., 4,20% a.a. e 3,49% a.a. sobre o valor nominal em dólar (ponta ativa) e paga 2,30% a.a., 2,20% a.a., 2,20% a.a., 1,75% a.a. e 1,80% a.a. de taxa mais o Certificado de Depósito Interbancário - CDI sobre o valor de referência em reais na data da contratação (ponta passiva). Os ganhos e perdas destes contratos estão diretamente relacionados às oscilações de câmbio (dólar) e do CDI, e são registrados no resultado do exercício. O efeito positivo no período findo em 2013 foi R\$ 2.502 (R\$ 1.081 de efeito negativo no período findo em 2012).

Operações em aberto Swap 3

Em 31 de março de 2013, a posição desses contratos é a seguinte:

		Valor de referência em 31/03/2013		Valorização em 31/03/2013		Valor justo
		Em US\$	Em R\$	Posição banco	Posição cliente	
Data de vencimento	Contrapartes	Em US\$	Em R\$	Em R\$	Em R\$	Em R\$
07/02/2014	Itaú BBA S.A	3.992	6.666	6.746	8.103	1.357
24/03/2014	Itaú BBA S.A	2.002	3.333	3.338	4.043	705
20/01/2015	Itaú BBA S.A	9.065	16.000	16.256	18.457	2.201
30/06/2015	Itaú BBA S.A	14.711	30.000	30.436	29.912	(524)
23/11/2015	Itaú BBA S.A	19.130	40.000	40.309	38.729	(1.580)
Total						2.159

Em 31 de dezembro de 2012, a posição desses contratos é a seguinte:

		Valor de referência em 31/12/2012		Valorização em 31/12/2012		Valor justo
		Em US\$	Em R\$	Posição banco	Posição cliente	
Data de vencimento	Contrapartes	Em US\$	Em R\$	Em R\$	Em R\$	Em R\$
07/02/2014	Itaú BBA S.A	7.984	13.333	14.637	13.561	1.076
24/03/2014	Itaú BBA S.A	4.003	6.666	7.303	6.685	618
20/01/2015	Itaú BBA S.A	11.331	20.000	20.844	20.456	388
Total						2.082

27 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão das informações contábeis intermediárias, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 18.710 e R\$ 18.948, respectivamente, para danos materiais. As apólices são formadas apenas por coberturas de danos materiais nos veículos e na aeronave da Companhia.

* * *

Francisco Deusmar de Queirós
Presidente

Josué Ubiranilson Alves
Diretor Vice-presidente

Armando Lima Caminha Filho
Diretor Financeiro

Notas Explicativas

Carlos Henrique Alves de Queirós
Diretor de Expansão e Novos negócios

Mario Henrique Alves de Queirós
Diretor de Planejamento e Relações com investidores

Patriciana Maria de Queirós Rodrigues
Diretora Comercial

Edson de Arruda Câmara Júnior
Diretor de Operações

Pedro Ronaldo de Carvalho Praxedes
Diretor de Sistemas e Logística

Marcos Ezequias Cavalcante Costa
Contador CRC CE 8408

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das informações trimestrais - ITR

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Empreendimentos Pague Menos S.A.
Fortaleza - CE

Introdução

1. Revisamos as informações contábeis intermediárias da Empreendimentos Pague Menos S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referente ao trimestre findo em 31 de março de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

2. A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

3. Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

4. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

5. Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Fortaleza, 15 de maio de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Bernardo Moreira Peixoto Neto
Contador CRC RJ-064887/O-8

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução Normativa CVM 480/09, os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais - ITR, referente ao trimestre findo em 31 de março de 2013.

Fortaleza, 15 de maio de 2013.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em conformidade com o artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução Normativa CVM 480/09, os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com o Relatório de revisão dos auditores independentes, referente ao trimestre findo em 31 de março de 2013.

Fortaleza, 15 de maio de 2013.